



Giulia Dürks Auler

**MEDIDAS ECONÔMICAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DO
CORONAVÍRUS (COVID-19): UMA ANÁLISE CONJUNTURAL
SOBRE AS ALTERNATIVAS ADOTADAS PELO ESTADO NO
BRASIL**

Horizontina/RS

2020

Giulia Dürks Auler

**MEDIDAS ECONÔMICAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DO
CORONAVÍRUS (COVID-19): UMA ANÁLISE CONJUNTURAL
SOBRE AS ALTERNATIVAS ADOTADAS PELO ESTADO NO
BRASIL**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Márcio Leandro Kalkmann, Mestre

Horizontina/RS

2020

**FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“Medidas econômicas para minimizar os efeitos do coronavírus (COVID-19):
Uma análise conjuntural sobre alternativas adotadas pelo Estado no Brasil”**

Elaborada por:

Giulia Dürks Auler

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 04/12/2020

Pela Comissão Examinadora

**Mestre. Márcio Leandro Kalkmann
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Mestre. Tiago Neu Jardim
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Mestre. Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**

Horizontina/RS

2020

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Helonara e Fábio, a minha irmã Nadine e ao meu namorado Fernando. O apoio de vocês foi fundamental nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores por todo o conhecimento transmitido. Agradeço também aos meus pais pelo apoio e compreensão da importância da realização deste trabalho. Por fim, agradeço aos demais amigos e colegas que de alguma forma contribuíram e estiveram presentes nesta importante fase do meu desenvolvimento pessoal e profissional.

“A questão adequada não se refere a quanto o Estado intervém, mas sim que tipo de intervenção ocorre e quais suas consequências”.

- Peter Evans

RESUMO

Diante da situação delicada, ocasionada em virtude da ampla disseminação da COVID-19 pelo mundo, diversas questões surgem no aspecto econômico. As pessoas estão vivendo algo atípico e com consequências ainda difíceis de serem estimadas. Dessa forma, faz-se necessário entender quais as consequências causadas pela pandemia do coronavírus na economia brasileira, e o porquê a função do Estado é de extrema importância em épocas de crises econômicas. Por isso, o problema de pesquisa buscou responder quais os efeitos da crise do coronavírus sobre os níveis de emprego e renda no Brasil. O objetivo geral da monografia é analisar as principais funções do Estado nos aspectos macroeconômicos da crise mundial, verificando os impactos na economia brasileira. Para que o estudo fosse possível, a metodologia utilizada, quanto aos objetivos, se caracteriza como exploratória, pois buscou-se informações em níveis internacionais e nacional. Dessa forma, a pesquisa exploratória vem ao encontro do conhecimento no que tange explorar um tema pouco conhecido, como o caso do coronavírus; e descritiva, porque relatou a função do Estado na economia, através da história das escolas de pensamento econômico. Quanto aos métodos de abordagem, a pesquisa é dedutiva e quantitativa. No que se refere aos métodos de investigação, a pesquisa é de natureza comparativa e histórica, estabelecendo cotejos entre as diferentes escolas de pensamentos econômicos, de modo a concluir qual a melhor forma do Estado intervir na economia e suas medidas econômicas para combater recessões. Quanto às técnicas de pesquisa, é definida como documentação indireta, através de pesquisas bibliográfica e documental. A análise de dados dá-se de forma qualitativa, por meio de análise de conteúdo, investigando e interpretando os dados coletados. Os resultados obtidos demonstram um estudo da conjuntura econômica brasileira por meio de um amplo conjunto de indicadores macroeconômicos. O mercado de trabalho teve altas quedas no 2º trimestre de 2020, afetando principalmente os setores de serviço e indústria. A taxa básica de juros manteve-se abaixo da meta central do governo, o PIB (Produto Interno Bruto) recuou 9,7% em relação ao primeiro trimestre do ano e a inflação encerrou o mês de outubro com um aumento de 0,86 do IPCA. Todos os resultados foram afetados por conta da pandemia da COVID-19 no ano de 2020.

Palavras-chave: Variáveis Macroeconômicas. Estado. Coronavírus.

ABSTRACT

In the light of the delicate situation, brought about by virtue of the ample dissemination of COVID-19 throughout the world, various questions arise in the economic aspect. People are experiencing something unusual and with consequences that are still difficult to estimate. In this way, it is necessary to understand what the consequences of the coronavirus pandemic in the Brazilian economy are, and why the function of the State is of extreme importance in times of economic crises. For this reason, the research problem sought to answer what are the effects of the coronavirus crisis on the levels of employment and income in Brazil. The general objective of the monograph is to analyze the main functions of the State in the macroeconomic aspects of the world crisis, verifying the impacts on the Brazilian economy. For the study to be possible, the methodology used, as to the objectives, is characterized as exploratory, since information was sought at international and national levels. In this way, exploratory research brings together knowledge as to exploring a little-known theme, such as the case of the coronavirus; and descriptive, because it reported the role of the State in the economy, through the history of schools of economic thought. As for approach methods, research is deductive and quantitative. As far as research methods are concerned, research is of a comparative and historical nature, establishing tweaks between the different schools of economic thought, in order to conclude what the best way for the State to intervene in the economy and its economic measures to combat recessions. As for the research techniques, it is defined as indirect documentation, through bibliographic and documentary research. The analysis of the data takes place in a qualitative manner, by means of content analysis, investigating and interpreting the collected data. The results obtained demonstrate a study of the Brazilian economic scenario by means of a wide range of macroeconomic indicators. The labor market fell sharply in Q2 2020, affecting mainly the service and industry sectors. The basic interest rate remained below the government's core target, GDP (Gross Domestic Product) fell 9.7% relative to the first quarter of the year, and inflation ended October with an increase of 0.86 in the IPCA. All results were affected by the COVID-19 pandemic in the year 2020.

Keywords: *Macroeconomic variables. State. Coronavirus.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Limites de Inflação	61
--------------------------------------	----

Quadros

Quadro 1 - Estrutura operacional de política monetária	21
Quadro 2 - Escolas de Pensamento Econômico: participação do Estado na Economia	49
Quadro 3 - Quadro Comparativo	51
Quadro 4 – Desocupados, Ocupados e Desalentados em 2020.....	52
Quadro 5 - Conceitos de SELIC Meta e SELIC Over	56
Quadro 6 - Períodos da Taxa SELIC.....	57
Quadro 7 - Valores Históricos da Taxa SELIC (2019) e (2020).....	58
Quadro 8 - IPCA 2020.....	63
Quadro 9 – Despesa das Pessoas.....	64
Quadro 10 - IPCA - Variação e Impacto por grupos - mensal	65
Quadro 11 - Indicadores do PIB 2020	68
Quadro 12 - Principais resultados do PIB a preços de mercado do 2º Trimestre de 2019 ao 2º Trimestre de 2020 (%)	69
Quadro 13 - Gastos da União no enfrentamento à COVID-19 (Em R\$ bilhões)....	71

Gráficos

Gráfico 1 - Ciclos Econômicos.....	30
Gráfico 2 - Taxa de crescimento do número de pessoas que se encontram fora da força de trabalho (em % e em relação ao mesmo mês do ano anterior) – Brasil....	53
Gráfico 3 - Evolução da taxa de desemprego – Brasil.....	54
Gráfico 4 - A Evolução da Taxa SELIC.....	59
Gráfico 5 - Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (% ao mês).....	62
Gráfico 6 - O PIB do Brasil, trimestre a trimestre.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	13
2.1.1	Política fiscal	15
2.1.2	Política monetária.....	18
2.1.3	Política cambial e comercial.....	22
2.1.4	Política de distribuição de renda	24
2.1.5	Política anticíclica	26
2.2	CRISES ECONÔMICAS	28
2.3	ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO	31
2.3.1	Intervenção do Estado para a Escola Clássica	33
2.3.2	Intervenção do Estado para a Escola Marxista	35
2.3.3	Intervenção do Estado para a Escola Neoclássica	36
2.3.4	Intervenção do Estado para a Escola Keynesiana	37
2.3.5	Intervenção do Estado para a Escola Austríaca.....	38
2.3.6	Intervenção do Estado para a Escola de Chicago.....	39
2.4	PANDEMIA DA COVID-19 E A ECONOMIA GLOBAL.....	40
3	METODOLOGIA	45
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1	COMPARAÇÃO DA FUNÇÃO DO ESTADO NAS DIFERENTES ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO	48
4.2	EFEITOS SOCIOECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA DO BRASIL	49
4.2.1	Mercado de trabalho	51
4.2.2	Juros	55
4.2.3	Inflação	60
4.2.4	PIB	66
4.3	SITUAÇÃO MACROECONÔMICA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

1 INTRODUÇÃO

Quando a população se depara com uma crise econômica mundial, percebe-se a necessidade de compor o Estado de mecanismos jurídicos e de políticas econômicas que induzam algumas variáveis necessárias, como redução da inflação ou equilíbrio da balança de pagamentos, para que se reestabeleça a almejada estabilidade. Dessa forma, as ações governamentais visam a alcançar objetivos macroeconômicos através da adoção de políticas econômicas no combate à recessão.

Este estudo tem como objetivo discutir os efeitos que a pandemia do novo coronavírus, a COVID-19, produziu sobre a economia brasileira. Ou seja, toda ação tomada pelo governo, através de instrumentos econômicos, parte da premissa de formular propostas para resolver ou minimizar os problemas econômicos presentes, zelando pelos interesses e bem-estar da população.

A economia nunca é segura o tempo todo, em alguns momentos apresenta estabilidade e, em outros, queda da atividade econômica. Isso é natural, especialmente no sistema capitalista. Ou seja, é inevitável que as crises ocorram de tempos em tempos. Contudo, as razões que levam a uma crise podem variar, assim como os setores que serão afetados e a intensidade. De certa forma, podem até mesmo acabar atingindo mais de um país, pois muitas nações são dependentes entre si. (BONA, 2019).

A principal razão para a escolha da proposição abordada nesta monografia é a atualidade do tema escolhido para estudo, que contribuiu para compilação de dados oficiais e artigos recentes sobre a crise pela qual o mundo inteiro vem passando, comparando e mostrando qual a melhor maneira de se controlar a economia. Além do aprofundamento teórico, no que diz respeito às ferramentas da economia, apresentam-se estudos relacionados às crises e detalham-se escolas de pensamento econômico. O assunto discutido nesse trabalho é de grande relevância, inclusive internacionalmente, por se tratar de uma pandemia global, onde vários países foram afetados social e economicamente.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa é o estudo da função do Estado em épocas de crises econômicas. E assim, buscou-se responder ao seguinte problema: Quais os efeitos da crise do coronavírus sobre os níveis de emprego e renda no Brasil?

O objetivo geral deste estudo é externar as principais funções do Estado nos aspectos macroeconômicos da crise mundial, verificando os impactos na economia brasileira. Para atingir o objetivo geral, consideram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar a economia do setor público;
- b) conceituar crises econômicas;
- c) comparar a função do Estado em diferentes escolas de pensamento econômico;
- d) verificar os efeitos socioeconômicos que a pandemia do coronavírus causou na economia do Brasil;
- e) analisar o comportamento das principais variáveis macroeconômicas durante a pandemia do coronavírus.

O presente trabalho estruturou-se em capítulos, tendo a seguinte ordem: primeiro, a introdução da monografia, identificando o tema proposto com o problema, objetivos e justificativa, que embasam o estudo.

Em seguida, no capítulo dois, tem-se a revisão da literatura, que se refere à estrutura teórica da pesquisa. Abordou-se inicialmente a economia do setor público e suas ferramentas para intervir no mercado, bem como conceitos de crises econômicas e escolas de pensamento econômico, caracterizando a função do Estado na economia. Nesse sentido, o embasamento teórico da pesquisa encerrou-se trazendo alguns fatores econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo. No terceiro capítulo encontra-se a metodologia, que demonstra os métodos e técnicas utilizados no desenvolvimento do trabalho.

O capítulo quatro expõe a apresentação e análise dos resultados a partir da pesquisa realizada. Neste capítulo apresenta-se, analiticamente, os dados levantados, através de uma exposição do que foi observado e desenvolvido na pesquisa. Buscou-se primeiramente comparar a função do Estado nas diferentes escolas do pensamento econômico e analisar os efeitos socioeconômicos que a pandemia do coronavírus causou na economia do Brasil. Na sequência, foram evidenciados e analisados os fundamentos macroeconômicos do Brasil. Por fim,

foram demonstradas as principais medidas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro no combate à crise do coronavírus.

Logo, no quinto capítulo, encontram-se as considerações finais, com as reflexões quanto às conclusões do estudo, justificando como o objetivo geral foi atingido, bem como os objetivos específicos. Neste capítulo, também aparecem as respostas para o problema de pesquisa e apresentação de sugestões para trabalhos futuros. Após, há as referências, que trazem os autores que contribuíram com suas obras para o presente trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para melhor compreensão do tema, este trabalho está dividido em cinco capítulos, onde neste apresenta-se a revisão da literatura. Constituiu-se uma linha progressiva de pensamento em que apresentou-se uma revisão narrativa sobre as consequências econômicas causadas pela pandemia da COVID-19. Abordou-se inicialmente a economia do setor público e suas ferramentas para intervir no mercado, bem como conceitos de crises econômicas e escolas de pensamento econômico, caracterizando a função do Estado na economia. Nesse sentido, o embasamento teórico da pesquisa encerrou-se trazendo alguns fatores econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

2.1 ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

A Economia do Setor Público, segundo Costa (2010) estuda o governo e a forma como suas políticas afetam a economia. Em um sentido mais amplo, investiga desde a teoria pura da tributação às explicações da escolha pública para o comportamento da burocracia. Para compreender melhor, abordou-se inicialmente a definição de nação, Estado e governo.

O conceito de nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado. (GUIMARÃES, 2008).

O Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade. É a forma através da qual a sociedade busca alcançar seus objetivos políticos fundamentais: ordem ou estabilidade social, liberdade, bem-estar e justiça social. Esses quatro objetivos são cada um deles finais, mas a ordem ou estabilidade social é o primeiro e principal deles. Não apenas porque sem a ordem não é possível alcançar os três outros objetivos, mas também porque é o único que está implicando

na definição mínima do Estado. Se não houver ordem pública, se a propriedade e os contratos não forem minimamente respeitados, não haverá Estado. (ARVATE; BIDERMAN, 2005).

É comum e indevido confundir Estado com o governo. Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo, é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade e, de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. (ROCHA, 2008).

O governo, por sua vez, inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle de Estado, nas suas esferas federal, estadual e municipal. Em algumas situações o governo intervém no sistema econômico atuando como empresário e produzindo bens e serviços através de suas empresas estatais; em outras, age como comprador quando, além de contratar serviços, adquire materiais, equipamentos etc., tendo em vista a realização de suas tarefas; outras vezes, ainda, o governo intervém no sistema econômico por meio de regulamentos e controles, com a finalidade de disciplinar a conduta dos demais agentes econômicos¹. (NOGAMI; PASSOS, 2016).

Para Prates (2018), política econômica subentende-se como uma série de ações tomadas pelo governo na gestão da economia, cujo foco é alcançar objetivos sociais e macroeconômicos, atendendo às necessidades de bens e serviços da sociedade. (PRATES, 2018).

O governo utiliza políticas econômicas para atingir determinados objetivos, que visam ao equilíbrio das variáveis agregadas, ou seja, a macroeconomia. Conforme Bacha e Lima (2006), pode-se definir macroeconomia como o ramo das ciências econômicas que estuda os agregados econômicos², seus comportamentos e as relações que guardam entre si. São quatro as principais metas da macroeconomia no Brasil: crescimento da economia, pleno emprego, estabilidade de preços e controle inflacionário.

¹ São pessoas de natureza física ou jurídica que, por meio de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico. São eles: Famílias, empresas e governo. (NOGAMI; PASSOS, 2016).

² Produto, renda, nível geral de preços, consumo, investimento, gastos do governo, impostos, exportações, importações, emprego, salários, entre outros. (BACHA; LIMA, 2006).

A atividade macroeconômica de um país é muito difícil permanecer em uma constante de crescimento controlada, em virtude da existência de uma série de variáveis que influenciam o andamento da economia de um país. Crises políticas internacionais, oscilações no preço de petróleo, catástrofes naturais, guerras, disputas sociais, mudanças tecnológicas; são apenas alguns dos fatores que atingem a estabilidade econômica, direta ou indiretamente, de um país. O governo, por sua vez, tem por obrigação promover um alto nível de bem-estar social, sendo desenvolvimento econômico de fundamental importância para se alcançar esse objetivo. Para isso, os formuladores de política econômica têm à sua disposição quatro meios de intervir no mercado: 1) política monetária; 2) política fiscal; 3) política cambial; 4) política de rendas. (MARTINS, 2007).

2.1.1 Política fiscal

Política fiscal pode ser considerada a principal peça da engrenagem do setor público, nada mais é do que o planejamento orçamentário do governo, que significa o total das despesas e receitas de um período. Quando há menos despesas do que receitas, pode-se denominar superávit, ocorrendo o contrário, chama-se de déficit. De forma geral, são níveis de gastos, que monitoram e influenciam a economia de um país. (YASMIN, 2019).

Outro autor que faz referência à política fiscal, detalha que:

A política fiscal trata o montante de recursos que o governo federal disponibilizará para os gastos diversos, como o pagamento dos funcionários públicos, despesas com previdência social, saúde, obras, projetos sociais etc., bem como a forma de captação desses recursos. Quanto maior for o volume destinado a essas despesas, maior deverá ser o montante arrecadado para financiá-las. (MONTORO, 1998, p. 54).

A ação do governo através da política fiscal abrange três funções básicas. A função alocativa que diz respeito ao fornecimento de bens públicos. A função distributiva, por sua vez, está associada a ajustes na distribuição de renda que permitem que a distribuição prevalecente seja aquela considerada justa pela sociedade. Por fim, a função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2016).

A atuação do governo, em sua política fiscal, ampliou-se de acordo com o crescimento do papel do Estado e do setor público na demanda efetiva de bens e serviços, uma vez que a atividade fiscal afeta o poder aquisitivo dos diferentes segmentos da economia e da sociedade, bem como os tipos de bens e serviços que são produzidos e consumidos pela população. Assim, quando se constata um componente recessivo na economia, ou seja, quando se observa um consumo da sociedade menor que a produção do país, com a formação excessiva de estoques, que, em última instância pode resultar em desemprego, o governo executa uma política fiscal expansionista. (NOGAMI, 2012).

No Brasil, a política fiscal é conduzida com alto grau de responsabilidade. O uso equilibrado dos recursos públicos visa à redução gradual da dívida líquida como percentual do PIB, de forma a contribuir com estabilidade, crescimento e desenvolvimento econômico do país. Mais especificamente, a política fiscal busca criação de empregos, aumento dos investimentos públicos e ampliação da rede de seguridade social, com ênfase na redução da pobreza e da desigualdade. (TESOURO NACIONAL, s.d.).

O Consenso de Washington é uma das ferramentas mais importantes das metas fiscais, sendo o conjunto de dez políticas³ econômicas liberais que passaram a ser sugeridas e aplicadas para acelerar o desenvolvimento de vários países. As medidas foram estabelecidas em 1989 no encontro de instituições como Fundo Monetário Mundial, Banco Mundial e Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, as medidas ficaram conhecidas como políticas do FMI. Assim, diversos países em desenvolvimento passaram a implementar programas de ajustamento financeiro e reformas nos modelos econômicos. (REIS, 2019).

Para Bolfe e Souza (2010), entre os objetivos de um governo estão a procura e a preservação do equilíbrio econômico, com vista à implementação de políticas. Uma das ferramentas macroeconômicas que busca ajustar os níveis de ações e de preços é a política fiscal, que atua de maneira contracionista, quando aumenta a

³ 1. Disciplina fiscal; 2. Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização do setor financeiro; 5. Manutenção de taxas de câmbio competitivas; 6. Liberalização comercial; 7. Atração de investimentos diretos estrangeiros; 8. Privatização de empresas estatais; 9. Desregulamentação da economia; 10. Proteção a direitos autorais. (REIS, 2019).

tributação, ou de maneira expansionista, quando reduz a tributação. A mesma possui várias particularidades e a tributação é uma delas.

Conforme Riani (1997), os efeitos dos gastos públicos e da tributação dependem, em primeiro lugar, de quanto é injetado ou retirado da economia. Uma vez que o nível de renda da economia depende da demanda agregada, o governo pode, claramente, aumentar ou diminuir o nível de renda por meio de sua política fiscal. Assim, a política fiscal torna-se o mais importante instrumento de política do governo. Ela opera de forma a manter um tolerável nível de estabilização econômica e de emprego.

Em geral, Riani (1997) destaca a atuação da política fiscal como um movimento contracíclico para controlar o nível de renda. Assim, a política fiscal do governo atua na seguinte base:

Se há necessidade de expandir a renda, existem três alternativas de uso da política fiscal para alcançar esse objetivo, que são:

- a) aumentar os gastos do governo;
- b) diminuir os tributos;
- c) usar as duas políticas ao mesmo tempo.

Em um período de pressão inflacionária, há necessidade de contrair a renda. Nesse caso, as alternativas de uso da política fiscal são:

- a) diminuir os gastos do governo;
- b) aumentar os tributos;
- c) usar as duas políticas ao mesmo tempo.

Sendo assim, é dedutível subentender que o governo deva trabalhar para garantir que o que arrecada de receitas seja, em escala, maior que as despesas, para que consiga, assim, apresentar o conhecido Superávit Primário, ou seja, aquilo que sobra para o governo pagar os juros de sua dívida pública. Caso esse objetivo não seja atingido (o que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos) e suas despesas superem as receitas, diz-se, então que o país se encontra em uma situação de Déficit Primário. (REIS, 2018b).

2.1.2 Política monetária

Política Monetária pode ser compreendida como conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, de forma a assegurar a liquidez geral da economia do país. (NOGAMI; PASSOS, 2016).

A importância da política monetária no Brasil cresceu muito no país, visto que ela se tornou o principal instrumento no combate à inflação. A execução da política monetária, em última instância, tem como objetivo propiciar condições básicas necessárias a um bom desenvolvimento da economia nacional via estabilidade de preços, crescimento sustentado do PIB, elevado nível de emprego, dentre outros. (MARTINS, 2007).

O controle direto na quantidade de moeda em circulação relaciona-se diretamente com a emissão de dinheiro e sua circulação, por intermédio das autoridades monetárias. Normalmente, a emissão de moeda destina-se ao financiamento de *déficits* orçamentários do governo, à concessão de empréstimos de liquidez, às instituições bancárias e à realização de operação de compra e venda de moeda estrangeira. (NOGAMI, 2012).

A política monetária, de acordo com Oliveira e Pacheco (2006), é a que mais afeta decisões de investimento, taxa de desemprego, nível de inflação, decisão entre consumir e poupar, dentre outras. Por esses motivos, ela merece atenção especial, uma vez que suas decisões afetam diretamente a atividade econômica. O responsável pela condução da política monetária de um país é o Banco Central.

A partir do início da década de 1990, uma série de países instaurou regime de metas de inflação como novo instrumento de controle aos preços. O regime consiste em atribuir uma meta a determinado índice de inflação (no caso brasileiro o IPCA), sendo a mesma anunciada previamente pelo Banco Central. O índice selecionado deverá ficar dentro da meta estabelecida pelo governo durante o período que a mesma vigorar. (MARTINS, 2007). Ainda, o autor destaca que:

[...] O Brasil passou a adotar o regime em 1999, tendo como órgão responsável pela elaboração da meta o Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo Fortuna (2005), as metas servem como diretrizes para a política monetária, além de equilibrar a liquidez na economia, assegurando um crescimento econômico sustentado. O governo, por intermédio do Banco Central, tem a obrigação de usar todos os instrumentos de política monetária disponíveis para assegurar o cumprimento da meta, não devendo a mesma ser modificada. (FORTUNA, 2005 *apud* MARTINS, 2007, p. 23).

Conforme Carvalho *et al* (2007), o funcionamento da política monetária deve ser dividida em objetivos, metas e instrumentos, de modo a permitir uma estrutura mais clara do seu funcionamento. Em termos práticos, as operações de mercado aberto são, quase sempre, o mecanismo de escolha. Para atingir seu objetivo, o Banco Central tem à sua disposição três instrumentos básicos de política monetária: operações de mercado aberto (open market); política de desconto (redesconto); e exigências de reserva (depósito compulsório).

Segundo Martins (2007), as operações de mercado aberto são as mais usadas entre os bancos centrais ao redor do mundo e também as mais importantes, pelo fato de afetarem diretamente a determinação da taxa de juros e da base monetária na economia. Em relação a isso, o autor corrobora que:

[...] O Banco Central efetua as operações de mercado aberto comprando e vendendo títulos da dívida pública no mercado. Ao comprar títulos o Banco Central injeta moeda na economia, expandindo a base monetária. Como consequência ocorre um aumento na oferta de moeda e uma redução nas taxas de juros de curto prazo. Esta prática é conhecida como política monetária “expansionista”, e tende a estimular a economia. Já ao vender títulos, o Banco Central retira moeda da economia, ou seja, diminui a base monetária. O resultado é uma diminuição na oferta de moeda e uma elevação na taxa de juros de curto prazo. Denomina-se essa operação de política monetária “contracionista”, e sua intenção é de desacelerar a economia. (MARTINS, 2007, p. 15).

O redesconto é um empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa de juros cobrada sobre esses empréstimos é chamada Taxa de Redesconto. Uma elevação na taxa de redesconto induzirá os bancos comerciais a aumentar suas reservas voluntárias. Assim, evitam incorrer em altos custos financeiros decorrentes de dificuldades momentâneas de caixa. (MARTINS, 2007).

O terceiro instrumento de política monetária disponível ao Banco Central são as reservas compulsórias. Reis (2018c) diz que o depósito compulsório é uma espécie de recolhimento, feito pelos bancos, de um percentual sobre os valores depositados, de acordo com a política do Banco Central. Dessa maneira, quanto

maior é esse tipo de depósito, menor a quantidade de dinheiro que os bancos terão disponível para financiar a economia como um todo.

Esse assunto é abordado por outro autor que apresenta argumentos a favor de depósitos compulsórios:

Existem dois argumentos principais a favor da utilização dos depósitos compulsórios. O primeiro é que as reservas compulsórias criam um fundo de recursos líquidos que podem ser usados em caso de pânico bancário. O segundo é que o mesmo permite ao Banco Central um maior controle da oferta monetária, visto que em caso da ausência dos depósitos compulsórios os bancos poderiam não ter reservas, e a oferta de moeda tenderia ao infinito. Todavia, os argumentos contrários têm um maior peso. (MARTINS, 2007, p. 18).

Conforme Carvalho *et al* (2007), as metas operacionais referem-se àquelas variáveis que são resultado direto da operacionalização de um instrumento de política monetária, sendo fortemente associadas às metas intermediárias e aos instrumentos de política. O Banco Central, através da mesa de operações do mercado aberto, pode atuar fixando preços, ou seja, a taxa de juros, com o mercado determinando a quantidade de reservas (de moeda); ou então, controlando a quantidade de reservas bancárias e, assim, o mercado determinando a taxa de juros. Portanto, são dois tipos de metas operacionais:

- a) determinação da taxa de juros básica de curto prazo;
- b) controle de reservas bancárias agregadas.

Baseado nos mesmos autores, a atuação da política monetária sobre a economia leva tempo para se completar. Entre o momento da decisão política ou não dos seus objetivos decorre, assim, um longo período de tempo em que a autoridade monetária não sabe o impacto efetivo de suas ações. Dessa forma, o Banco Central estabelece metas intermediárias: são como sinais de estrada que servem para informar ao Banco Central se a política está a caminho de fazer efeito ou não. Duas, normalmente, são as metas intermediárias:

- a) taxa de juros de longo prazo;
- b) agregados monetários.

Tais autores explicam essas metas, afirmando que:

[...] As metas intermediárias funcionam como indicadores de política monetária, sumariando o impacto da política passada sobre a economia, pois, fornecem ao Banco Central informações imediatas e contínuas, importantes para verificar se os instrumentos estão tendo o impacto desejado. Mais especificamente, permitem aferir o impacto global das ações da política está na direção de uma política expansionista ou contracionista. (CARVALHO *et al*, 2007, p.159).

O objetivo final da política monetária é o bem-estar da sociedade. Embora seja difícil discordar desse objetivo, certamente existe grande divergência entre os economistas e como implementá-lo na prática. Monetaristas enfatizam a estabilidade do nível de preços; economistas keynesianos preferem o nível de emprego. A controvérsia sobre a curva de Phillips⁴ terminou convencendo os economistas keynesianos que, a longo prazo, a política monetária afeta somente o nível de preços e não o nível de atividade econômica. Todavia, economistas keynesianos acreditam que, mesmo assim o Banco Central pode contribuir para que a duração de uma recessão seja abreviada com uma política monetária mais expansionista. (BARBOSA, s.d.).

O Quadro 1 apresentado a seguir sintetiza a estrutura analítica de política monetária, baseado em Carvalho *et al* (2007).

Quadro 1 - Estrutura operacional de política monetária

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA	METAS OPERACIONAIS	METAS INTERMEDIÁRIAS	OBJETIVOS FINAIS DE POLÍTICA MONETÁRIA
- recolhimentos compulsórios; - redesconto de liquidez; - operação de mercado aberto.	- taxa de juros de curto prazo; - reservas bancárias.	- taxa de juros de longo prazo; - agregados monetários.	- inflação; - nível de atividade econômica; - taxa de desemprego; - estabilidade do sistema financeiro.

Fonte: Adaptado de CARVALHO *et al*, (2007).

Portanto, a política monetária nada mais é que o conjunto de medidas adotadas pelo governo, visando a adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país. Essa adequação geralmente ocorre por meio de uma ação reguladora, exercida pelo governo sobre os recursos monetários que circulam na economia, de tal maneira que esses estejam plenamente utilizados e tenham um emprego o mais eficiente quanto possível. (NOGAMI, 2012).

⁴ A curva de Phillips é um conceito econômico que afirma: a inflação e o desemprego relacionam-se de maneira inversa, ou seja, com o aumento de um, existe a diminuição do outro. (REIS, 2018a).

2.1.3 Política cambial e comercial

Políticas cambiais e comerciais se relacionam entre si, pois ambas atuam sobre o setor externo da economia. Segundo Vasconcellos (2009), a política cambial refere-se ao controle externo do governo sobre a taxa de câmbio (fixo e flutuante). É de suma importância ressaltar que a taxa câmbio é desenvolvida por uma administração, por um controle e tem como meta o mercado externo, no sentido de manter equilibradas as relações de trocas de um país para o outro. Já a política comercial é estabelecida pelo governo de cada país, para que ocorram negociações comerciais com outros países. Política Comercial baseia-se na definição de tarifas alfandegárias, subsídios, taxas de importação e exportação e outros mecanismos comerciais.

Segundo Riani (2016), o governo dispõe de um conjunto complexo de instrumentos de políticas que, dependendo do seu uso, poderá causar efeitos negativos e positivos nos diversos segmentos sociais econômicos e políticos dos países. Os instrumentos de política externa referem-se ao uso das variáveis que podem interferir nas relações econômicas do país com o exterior. Eles envolvem questões relacionadas com:

- controle sobre a taxa de câmbio;
- políticas de restrição ou incentivo à exportação de bens e serviços;
- políticas de incentivo à captação de recursos do exterior, seja através de financiamento ou em investimentos produtivos.

Sandroni (2008), em seu dicionário de economia, estipula câmbio como sendo uma operação financeira que consiste em vender, trocar ou comprar valores em moedas de outros países ou papéis que representem moedas de outros países.

Para que transações internacionais sejam viáveis, os preços nos diferentes países devem poder ser comparados e deve haver alguma forma de converter a moeda de um país na moeda de outro. A taxa de câmbio mostra qual é a relação de troca entre duas unidades monetárias diferentes, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. (PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Conforme Pinho e Vasconcellos (2003), existem duas modalidades de taxa de câmbio: nominal e real. Por taxa de câmbio nominal entende-se o preço de uma moeda em relação à outra. Para determinar os fluxos comerciais entre países, a

taxa de câmbio relevante é chamada de taxa de câmbio real, que corresponde ao relativo de preço entre produto nacional e estrangeiro. A partir dessa afirmativa, é importante destacar que:

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável pela regulamentação do mercado de câmbio, cabendo ao BC monitorar e garantir o funcionamento regular do mercado e o cumprimento da regulamentação. A política cambial reflete-se na atuação do governo na taxa de câmbio, no mercado de negociação de moedas estrangeiras. (BANCO CENTRAL DO BRASIL. [s.d.a.].

Regime cambial é a maneira pela qual a taxa de câmbio é formada. O regime cambial pode ser fixo, com um valor estipulado pelo Banco Central ou flutuante, com o valor da moeda subindo ou caindo, de acordo com as condições de mercado. Dentro desses dois regimes, existem ainda tipos específicos. (TREVIZAN; QUERO, 2016).

Existem três tipos de regimes cambiais: taxa de câmbio flutuante, taxa de câmbio fixa e taxa de câmbio atrelada. Cada uma dessas taxas possui características diferentes e gera resultados distintos. (ROQUE, 2015).

A taxa de câmbio flutuante é a taxa vigente na maioria dos países do mundo. Mesmo países que utilizam o euro possuem uma taxa de câmbio flutuante em relação a todos os outros países que não utilizam. Nesse regime cambial, o Banco Central estipula apenas a política monetária, ou seja, ele controla a taxa básica de juros e a base monetária. O Banco Central não possui nenhuma política cambial explícita. A taxa de câmbio varia diariamente ao sabor da oferta de moeda estrangeira, da demanda de estrangeiros pela moeda nacional e, principalmente, da percepção dos investidores estrangeiros e dos especuladores quanto à situação econômica e política do país. (ROQUE, 2015).

A taxa de câmbio fixa, obviamente, tem de ser estritamente imutável ao longo do tempo. É comum confundir taxa de câmbio fixa com taxa de câmbio atrelada. Na taxa de câmbio atrelada, que foi a que vigorou no Brasil durante os anos de 1995 a 1998, a taxa de câmbio varia diariamente, só que dentro de bandas estritamente determinadas pelo Banco Central. Um arranjo de taxa de câmbio fixa dificilmente pode ser implantado por um Banco Central, pois a função clássica de um Banco Central é estipular juros e manipular a base monetária. (ROQUE, 2015).

Para explicitar a taxa de câmbio, o autor afirma que:

[...] Uma taxa de câmbio atrelada é aquela que tenta ser fixa e flutuante ao mesmo tempo — e obviamente não consegue ser nenhuma das duas. Na prática, uma taxa de câmbio atrelada ocorre quando o Banco Central faz intervenções diárias no mercado cambial para manter a moeda nacional flutuando dentro de bandas arbitrariamente determinadas pelo próprio Banco Central. (ROQUE, 2015, [s.p.]).

Conforme Sprenger (2020), no ano de 1999, foram fundamentadas as diretrizes do tripé macroeconômico que formaram então, o câmbio no Brasil. Esse tripé é formado por três bases, sendo elas:

1. políticas econômicas brasileiras;
2. metas para o superávit;
3. adoção do regime de câmbio flutuante.

Portanto, o câmbio no Brasil continua sendo o flutuante sujo e operando livremente, porém quando o valor de uma moeda sofre uma alteração brusca, o Banco Central faz interferência pontual com compra e venda de reservas e busca estabilizar o valor da mesma. (SPRENGER, 2020).

2.1.4 Política de distribuição de renda

Programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. Segundo Guerra (2014), a distribuição de renda depende do funcionamento do mercado, que busca empregar os recursos de forma eficiente, mas não garante necessariamente que os recursos sejam alocados de forma justa. Como resultado, muitos economistas defendem que o governo deve redistribuir a renda para alcançar uma distribuição mais igualitária do bem-estar econômico. Algumas dessas políticas, como o sistema de assistência social ou o seguro desemprego tentam apoiar os membros da sociedade que são mais necessitados. Outros, como o imposto de renda individual progressivo, faz com que os mais ricos contribuam mais para subsidiar o estado de bem estar social.

Existem várias maneiras de medir e analisar a distribuição de renda no Brasil. Algumas das medidas são classificadas como distribuição funcional da renda e a outra como distribuição pessoal da renda.

Conforme Simioni (2010), a distribuição funcional da renda analisa a repartição do PIB entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados. Já a

distribuição pessoal da renda verifica os rendimentos que pessoas e famílias recebem. Em relação a isso, destaca que:

Desde o surgimento da Economia como ciência, a distribuição da renda sempre foi um de seus principais temas. Sua análise se desdobra em diversos critérios e dimensões. Se o foco for a inserção no processo produtivo, o conceito a ser utilizado é o da distribuição funcional da renda, que descreve como o total dos ganhos de uma economia em determinado período é repartido entre seus segmentos sociais, dividindo-se assim entre as rendas do trabalho e as rendas derivadas da propriedade (terra, capital, etc.). As tabelas de "Recursos e Usos" das Contas Nacionais, calculadas pelo IBGE, constituem a principal fonte de dados para esse tipo de medida na economia brasileira. (SIMIONI, 2010, [s.p].).

A medida mais conhecida para medir a renda é o coeficiente de Gini, que varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1, maior é a concentração da renda, quanto mais próximo de zero, mais igualitária é sua distribuição. (GUERRA, 2014).

Segundo Riani (2016), os instrumentos da política de rendas referem-se às mais diversas ações que podem ser tomadas pelo governo, visando a melhorar acesso e/ou elevação no nível de renda dos indivíduos na sociedade. Apesar de envolver um amplo leque de instrumentos específicos para esse objetivo, ele é ainda influenciado indiretamente por diversas outras ações tomadas pelo governo. Como exemplos desses instrumentos pode-se destacar:

- políticas salariais;
- políticas de preço;
- políticas voltadas à geração de empregos;
- políticas tributárias;
- incentivos fiscais ou creditícios;
- etc.

De acordo com Rocha (2004), a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, podendo ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Assinala que a pobreza absoluta está relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não-atendimento das necessidades vitais mínimas, enquanto a pobreza relativa determina as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão.

2.1.5 Política anticíclica

As economias se desenvolvem em ciclos. Há momentos em que ocorrem aceleração e crescimento do PIB e, em outros, ocorrem desaceleração e retração. A recessão acarreta diminuição do consumo, aumento dos estoques, diminuição dos níveis de produção, altas taxas de desemprego. (BOSIGNOLI, 2016).

Entende-se por política anticíclica aquela que baseia em medidas econômicas visando a combater um ciclo econômico, Para formar um revestimento da economia capaz de resguardar o nível de produto e emprego. A política anticíclica visam a uma melhoria na qualidade de vida dos agentes, de modo que não ocorra um impacto traumático no bom funcionamento da economia, tendo em vista a influência intervencionista e a hipótese da fragilidade financeira. (BOSIGNOLI, 2016).

Conforme Bosignoli (2016), para o governo, a consequência imediata de uma recessão é a queda da arrecadação, uma vez que arrecadação está diretamente correlacionada com a renda da economia. Isso se dá justamente no momento em que deve agir com políticas anticíclicas que façam com que a renda volte a crescer. Ainda, em relação à recessão, é relevante destacar que:

Instalada a crise de 2008, setores industriais dos ramos automotivos e da linha branca, bem como a agricultura, tiveram forte desaceleração nas vendas de seus produtos. Para corrigir e atenuar o problema, o governo federal adotou um conjunto de medidas anticíclicas que, em essência, tinham por objetivo estimular o setor privado nacional a reverter suas expectativas pessimistas quanto ao funcionamento futuro da economia. (IPEA, 2010, p. 27).

As estratégias do governo, em utilizar políticas anticíclicas para combater a crise de 2008, causaram discussão entre as correntes ortodoxas e heterodoxas keynesianas. Segundo IPEA (2010), para os ortodoxos, quaisquer movimentos que sinalizassem em direção à ruptura, integral ou parcial, do trinômio macroeconômico formado pelo regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávits fiscais eram vistos como uma heresia a ser combatida.

Para heterodoxos keynesianos, as forças de mercado, por si, não teriam condições objetivas para retirar a economia nacional de seu movimento recessivo. Para isso, buscaram em instrumentos anticíclicos, o caminho para defender a economia nacional de uma forte recessão, a qual poderia conduzir o país ao

desemprego, à redução da renda e, por conseguinte, ao agravamento dos problemas sociais. (IPEA, 2010).

Para conceituar a discussão, será apresentada a caracterização das duas correntes pelo dicionário de economia, escrito por Sandroni (2008).

Choque ortodoxo: política econômica de combate à inflação que consiste em realizar um corte brusco na expansão monetária e redução intensa do déficit público, acompanhado de uma liberalização dos preços para que encontrem livremente seu ponto de equilíbrio no mercado. Essa política tem como resultantes elevação da taxa de juros, redução dos gastos públicos (investimentos), contenção do consumo e, conseqüentemente, recessão econômica, cuja duração e profundidade dependem de uma série de fatores. (SANDRONI, 2008).

Choque heterodoxo: política econômica de combate à inflação que consiste em aplicar o congelamento de preços em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar políticas monetária e fiscal. Diante da inflação intensa que diversos países vêm sofrendo a partir do final dos anos de 1970, a política do choque heterodoxo foi aplicada em vários casos, destacando-se Argentina, Israel, Bolívia e Brasil. (SANDRONI, 2008).

Para explicitar o choque heterodoxo, ressalta-se que:

Em verdade, os resultados efetivos referentes à execução da política econômica mostraram que seus pilares centrais não romperam com o referido trinômio macroeconômico. Isso porque a política monetária, mesmo flexibilizada pontualmente em determinados momentos da crise, seguiu atrelada ao cumprimento da meta de inflação; o regime cambial continuou flutuando ao sabor da oferta e demanda por divisas; e, no caso da política fiscal, que foi o mais heterodoxo dos instrumentos de política econômica adotados no período da crise, em 2009 dava sinais de que ainda perseguiria superávits primários positivos, mesmo que isto significasse patamares históricos inferiores à sua média do período recente. (IPEA, 2010, p. 27).

Vale destacar que políticas anticíclicas são próprias para economias que passam por períodos de recessão. Utilizá-las em períodos de crescimento do PIB, pode não produzir o efeito esperado. Segundo Ming (2014), a política anticíclica é aquela que se dispõe a criar condições para que a economia produza efeitos compensatórios diante de desequilíbrio macroeconômico. Se estiver crescendo demais, acionam-se mecanismos para reduzir a atividade, como retração do crédito, aumento de impostos e de juros.

2.2 CRISES ECONÔMICAS

Crises são eventos que muitas vezes acumulam emaranhados de processos, geralmente econômicos, mal interpretados e conseqüentemente mal executados, que acarretam problemas em todas as áreas do sistema, podendo ser em pequenas ou grandes escalas. Nessa circunstância, a economia acaba prejudicada quando há uma interrupção no processo natural de oferta e demanda. Isso impacta nos estoques das empresas que ficam saturados de mercadorias sem destino; do outro lado, os consumidores se sentem completamente insatisfeitos, pois suas necessidades de consumo são afetadas (SWEEZY, 1982).

Dentre os vários sentidos apresentados de crise, cada área representa uma significação. Na administração pública, uma crise pode assumir várias formas como crise moral, crise de governabilidade, crise ética. As ações econômicas são uma grande preocupação dos governos atuais, devido sua importância em desenvolver um país. As crises nessa área podem afetar fortemente o setor produtivo e a renda da população. Durante a história mundial, linhas de pensamentos econômicos surgiram para explicar por que as crises surgem. (ALVES, 2011).

A partir disso, outro autor explica por que referir-se à crise econômica sempre é um assunto polêmico:

A crise econômica sempre foi um assunto polêmico no estudo da Economia Política. Para alguns autores não passa de um detalhe e para outros se configura como uma das mais relevantes matérias a serem tratadas pela Ciência Econômica. Certamente não é possível encontrar uma sistematização teórica sobre crise econômica em todos os autores. Mas alguns detalhes e algumas induções podem levar a conclusão de que a crise se apresenta recorrente na maioria das obras consagradas da Economia Política, se não com um tratamento específico, como consequência lógica do raciocínio imputado por seus autores. (GABARDO, 2007, p.02).

Crise econômica, conforme o dicionário de economia, seria a perturbação da vida econômica, atribuída pela economia clássica a um desequilíbrio entre produção. Nas economias pré-capitalistas, as crises derivavam da escassez súbita no abastecimento de bens, provocada por fenômenos naturais (secas, inundações, epidemia etc.) ou por acontecimentos sociais, como guerras e insurreições. Na economia capitalista, as crises econômicas, características do sistema, são as de superprodução. Essas crises constituem-se em uma fase regular do ciclo econômico, caracterizadas pelo excesso geral da produção sobre a demanda,

primeiro no setor de bens de capital e, em seguida no setor de bens e consumo. Em consequência, há queda brusca na produção, falência de empresas, desemprego em massa, redução de salários, lucros e preços. etc. (SANDRONI, 2008).

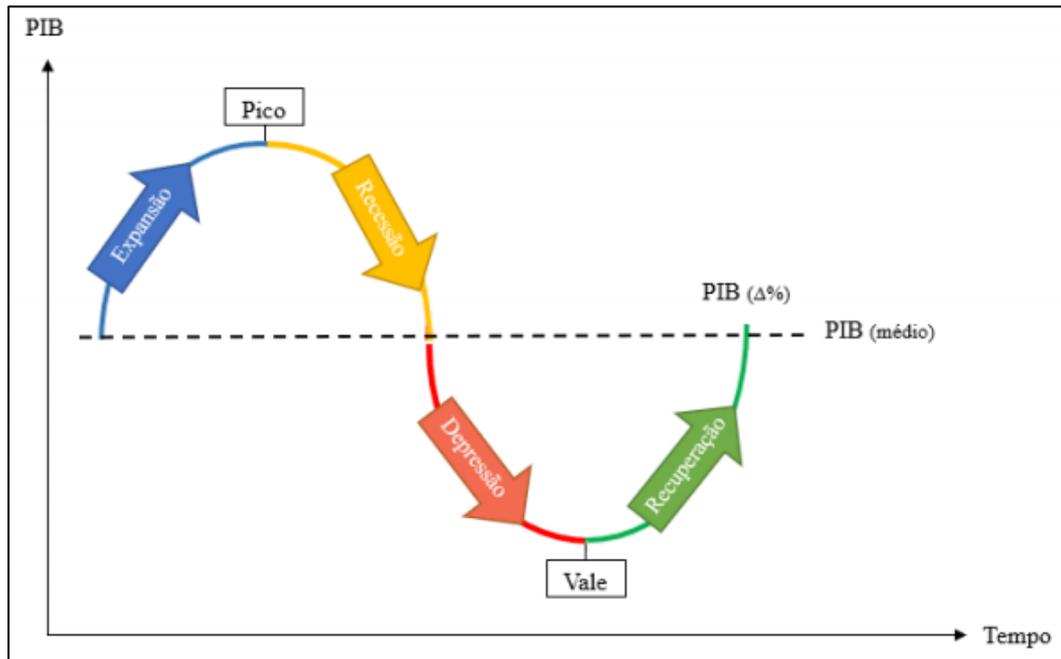
Pretende-se explicar os motivos das crises econômicas através de ciclos. Os ciclos econômicos são fases não simétricas e imprevisíveis, referentes às atividades econômicas de um país, com período determinado de duração. Assim, para mensurar essas flutuações, em uma nação, utilizam-se indicadores, sendo um deles o Produto Interno Bruto (PIB) calculado com base nas atividades econômicas de um determinado mercado. (BURNS; MITCHELL, 1946).

Burns e Mitchell (1946) e Schumpeter (1939) defendem a existência de quatro fases da economia, sendo elas: expansão, recessão, depressão e recuperação. Desse modo, os ciclos econômicos não são constantes e apresentam inflexões denominadas de picos e vales, medidos por meio da média do PIB em certo período de tempo.

Karl Marx defendia que cada empresa acumula seu capital quando as crises econômicas acontecem. Isso se dá pelo fato de a oferta superar a demanda. Contudo, por outro lado, há uma fase de crescimento. Momento em que as empresas precisam aumentar o capital que possuem. Em contrapartida, Joseph Schumpeter acreditava que as recessões faziam parte do crescimento do capitalismo. Além do mais, ainda segundo Schumpeter, existem constantes inovações na economia, enquanto os ciclos ocorrem. O que se dá pela existência de uma “destruição criativa”. (VERSIANE, [s.d.]).

O Gráfico 1 a seguir mostra a flutuação que acontece com o PIB. É possível observar que há períodos de crescimentos com pouca ou muita intensidade. Eles são seguidos de períodos de recessão, os dois fora da tendência.

Gráfico 1 - Ciclos Econômicos



Fonte: (Adaptado de PAULO; MOTA, 2017).

Segundo Versiani (s.d.), há características específicas dos ciclos, que acontecem a partir de um período de crescimento econômico. Esses aspectos se caracterizam pela atividade agregada da economia por meio das seguintes fases:

- Expansão: acontece quando a demanda agregada é elevada. Assim sendo, as empresas possuem lucros altos e aumentam a produção;
- Pico de expansão: é o ponto mais alto que a economia chega. Nele, a oferta agregada apresenta excessos;
- Recessão: é o período em que as empresas reduzem os preços para conseguir competir por consumidores. O que acontece quando há desemprego crescente;
- Depressão: o desemprego é alto e as empresas têm lucros muito baixos;
- Recuperação: normalmente, quando se percebe uma mudança no mercado, com empresas e trabalhadores ineficientes de fora, o que coloca a economia novamente em ritmo capaz de inovar e criar novos produtos a preços interessantes. Entra em cena a esperança, força capaz de fazer as pessoas consumirem mais e confiarem mais no sistema financeiro.

As teorias psicológicas argumentam que a atividade econômica é influenciada por ondas de pessimismo e otimismo. Uma explicação genérica dos ciclos é que,

sempre que a demanda total de bens e serviços é menor do que a necessária para atender a produção no seu nível de desenvolvimento, há queda na produção e no emprego. Isso pode ser provocado pela tendência crônica da economia a uma superpoupança ou (subconsumo) ou por uma escassez de investimentos para preencher a insuficiência da demanda. (SANDRONI, 2008).

2.3 ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO

Em se tratando de Economia, existem diferentes correntes de pensamento econômico. Isso acontece em grande parte das ciências sociais: existem diversos grupos que discordam quando se propõem a dar explicações sobre o mundo. Tal discordância tem uma natureza comum: a complexidade dos fenômenos estudados.

A respeito desse raciocínio, o economista britânico John Maynard Keynes certa vez disse:

As ideias dos economistas e filósofos políticos, seja quando estão certos ou quando estão errados, são mais poderosas do que comumente se julga. De fato, poucas outras coisas governam o mundo. Homens práticos, que se supõem inteiramente isentos de quaisquer influências intelectuais, são em geral escravos de algum economista já morto. Os treloucados no poder, que ouvem vozes no ar, estão haurindo seu desvario de algum escrevinhador acadêmico de anos antes. (KEYNES, [s.d.], *apud* STRATHERN, 2003).

A Escola Clássica perdurou aproximadamente de 1776 a 1871, mais precisamente na Inglaterra. A Escola Clássica refere-se a uma linha de pensamento econômico com base em Adam Smith e David Ricardo. Foi com essa escola que a economia adquiriu caráter científico integral à medida que passou a centralizar a abordagem teórica do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral. (SANDRONI, 2008).

A Escola Marxista iniciou-se na Europa em 1880, através das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. O pensamento consiste em um conjunto de teorias econômicas, filosóficas, sociológicas e políticas. Marx baseou seus estudos relacionados à sociedade capitalista, analisando relações de causa e efeito no sistema social. Afirma que o modo de produção desenvolvido, ou seja, a base econômica tem muita interferência no conjunto das instituições sociais. Modo de produção, forças produtivas, relações de produção, para Marx, compõem a base do sistema econômico. (HUNT; SHERMAN, 1994).

Os principais expoentes da Escola Neoclássica são Leon Walras, William Jevons, John Hicks, George Stigler e Alfred Marshall. É um desdobramento da Escola Clássica, que inclui novas ideias, como o estudo da oferta e da procura, levando em conta a racionalidade dos indivíduos durante suas escolhas. Essa escola também é chamada de ortodoxa e é ensinada como um ponto de partida para o estudo da economia. (MELLO, s.d.).

A doutrina Keynesiana surgiu durante a grande depressão nos anos 30, sendo um período complicado pela turbulência que vivia o mundo. As principais ideias do keynesianismo estão relacionadas à ênfase macroeconômica, à orientação pela demanda, à preocupação com a instabilidade econômica, à inflexibilidade nos salários e nos preços e também nas políticas fiscais e monetárias ativas. (BRUE, 2005).

A Escola Austríaca nasceu em Viena, em 1871, com a publicação do livro “Princípios de Economia” de Carl Menger. A escola continuou com Friedrich von Wieser e Eugen von Böhm-Bawerk. A tradição austríaca encontra-se também nos trabalhos de Mises e Hayek. Assim sendo, a Escola Austríaca defendia ideias que contestavam reflexões defendidas pelos socialistas da época. Assim, Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk debatiam as ideologias de Karl Marx. (SANDRONI, 2008).

A Escola de Chicago perdurou aproximadamente de 1950 a 1970, mais precisamente nos Estados Unidos. É uma escola de pensamento econômico que defende o livre mercado e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago. Os líderes dessa escola são George Stigler e Milton Friedman, ambos laureados com o Prêmio Nobel da Economia. Escola de pensamento econômico monetarista e sustenta a possibilidade de manter-se a estabilidade de uma economia capitalista apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado. (SANDRONI, 2008).

Milton Friedman, principal teórico do grupo, considera a provisão do dinheiro o fator central de controle no processo de desenvolvimento econômico. Explica as flutuações da atividade econômica não pelas variações de investimento, mas apenas pelas variações de oferta de dinheiro, entendida como demanda monetária que depende da renda permanentemente dos agentes econômicos. (SANDRONI, 2008).

2.3.1 Intervenção do Estado para a Escola Clássica

De acordo com Figueirêdo (1997), é comum a associação entre o nome de Smith e a defesa do Estado-mínimo, que deveria restringir sua atuação às áreas da Justiça, Educação e Defesa, baseando-se na concepção de que o mercado, deixado a seu livre curso, gera melhores resultados em termos de volume de produção e de bem-estar social.

Conforme Oliveira (2011), o pensador central da ideologia liberal é Adam Smith, que ficou consagrado através da sua metáfora da “mão invisível”. Smith defende a não intervenção do Estado na economia; segundo ele haveria leis de mercado que autorregulariam a economia, levando a um suposto equilíbrio. A “mão invisível” também regularia a divisão das tarefas, as escolhas profissionais e toda a organização do mercado, através da dinâmica dos salários de mercado e salários naturais, que funcionaria da mesma forma dos preços.

Segundo Riani (2016), Smith acreditava que não haveria necessidade da intervenção do governo nos mercados, seja como influenciador ou até mesmo como manipulador. Para ele, a interferência do Estado atrapalharia seu perfeito funcionamento e, portanto, o mercado deveria funcionar no regime do *laissez-faire*⁵:

[...] Apesar dessa visão, Smith defendia a intervenção do Estado no mercado quando os indivíduos violavam as leis e a justiça e quando iam em busca de seus próprios interesses a qualquer custo. Nesse caso, o mercado já não agiria sozinho, mas garantido pela autoridade política do Estado, que faz prevalecer as leis e a justiça, delimitando o comportamento das pessoas e do próprio Estado. Ele já admitia, por exemplo, que, para proteger uma indústria interna, o país deveria regulamentar incentivos e procurar taxar produtos externos, a fim de evitar a concorrência desleal, defendendo, portanto, a indústria nacional. (RIANI, 2016, p.15).

Riani (2016) destaca alguns pontos do pensamento de Adam Smith, enumerando um conjunto de funções que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado: defesa nacional, justiça, serviços públicos e manutenção da soberania. Nas palavras do autor, esses aspectos são expostos, afirmando que:

⁵ Laissez-faire é expressão escrita em francês que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

As funções de defesa nacional e soberania relacionam-se a tarefas que tenham por finalidade garantir a liberdade e a independência do país perante outras nações. A função de justiça trataria da montagem de uma estrutura interna que garantisse a justiça social no país. A prestação de serviços públicos relaciona-se à ideia de que não se esperaria que atividades dessa natureza fossem oferecidas ou mantidas por qualquer indivíduo ou por um pequeno número de indivíduos. Assim, sendo elas de interesse da sociedade, o governo deveria manter instituições públicas que as oferecessem. (RIANI, 2016, p. 15).

Na realidade, pode-se perceber que, para sua época, as funções de governo por ele listadas absorveriam uma estrutura de governo muito reduzida. Como consequência, menores seriam as tarefas do governo e menor o volume de seus gastos. Trazendo-as para a atualidade, fica evidente que a diversidade de tarefas desenvolvidas hoje pelo governo, o seu grau de envolvimento e a complexidade que elas envolvem, exigem dele uma participação cada vez maior e mais ativa, resultando em uma interferência maior em função da retirada de recursos do setor privado através da tributação e também dos impactos no mercado através de seus gastos. (RIANI, 2016).

David Ricardo embasou sua teoria, no pensamento de Adam Smith, dando sequência ao liberalismo econômico. No entanto, apresentou uma visão mais crítica das relações internacionais e do equilíbrio fundamental para o desenvolvimento sustentável do comércio exterior. No que diz respeito à intervenção do Estado, a principal preocupação de Ricardo foi saber como ficaria a divisão de dividendos entre trabalhadores, donos de terras e capitalistas. Ou melhor, ele questionava a intervenção do Estado para manutenção de elevadas rendas para os arrendatários e donos de terras. (RIANI, 2016).

Ricardo acreditava que haveria na economia um mecanismo de autorregulação, o que faria com que não existisse a intervenção do Estado e evitaria diminuir a liberdade dos indivíduos em sua ambição natural de obtenção da plena maximização dos recursos disponíveis. Para entender mais sobre a teoria de Ricardo, destaca-se que:

Segundo Ricardo, as despesas realizadas pelo governo não teriam nenhum resultado prático no desenvolvimento econômico; pelo contrário, seriam um entrave ao processo natural de acumulação do capital. Para ele, toda vez que parte do capital fosse retirado da economia pelo governo, via tributos ou qualquer outro mecanismo, o resultado prático seria uma diminuição dos investimentos privados, o que afetaria negativamente o crescimento da economia. Os impostos representariam uma transferência de recursos dos indivíduos para o Estado, tornando-se um gasto improdutivo. Por essa razão, ele defendia a não interferência governamental, a fim de que fossem geradas uma taxa de lucro e uma

natural acumulação do capital. As despesas públicas deveriam restringir-se ao mínimo possível para financiar algumas funções residuais do Estado. (RIANI, 2016, p. 15).

John Stuart Mill dá à participação do governo na economia uma amplitude maior. Em sua visão, o governo deveria assumir a responsabilidade por atividades de interesse geral, não por que o setor privado não seria capaz de provê-las, mas simplesmente porque ele não o faria. Mill argumentava que o governo deveria prover estradas, escolas, hospitais, asilos e outros serviços públicos. Em suma, o governo deveria executar todas as atividades que fossem suporte para melhoria geral da qualidade de vida da população. (RIANI, 2016).

2.3.2 Intervenção do Estado para a Escola Marxista

Karl Marx, o principal nome da escola Marxista, era um grande crítico da linha de pensamento neoclássico. Ele defendia a intervenção do Estado na economia para diminuir as desigualdades sociais e combater a instabilidade do capitalismo. Para ele, era preciso deter todos os meios de produção e acabar com a propriedade privada para distribuir de forma mais uniforme os recursos entre a população. (SANDRONI, 2008).

A teoria marxista e seus seguidores entendem a ação do Estado como uma função paliativa dos conflitos e resultados negativos gerados pelo próprio processo capitalista. Nesse raciocínio, as funções do Estado são vistas sem nenhum objetivo transformador, mas sim de manutenção da classe dominante. O *welfare state*⁶ apenas absorve e ameniza os conflitos do sistema capitalista, evitando que haja um conflito de classes ainda maior, não havendo por parte das classes de renda mais baixa qualquer organização reivindicatória mais bem estruturada. (RIANI, 2016).

Conforme a Escola Marxista, o mercado é uma arena em que os poderosos interesses corporativos exploram livremente os trabalhadores e os consumidores. O capitalismo empobrece e aliena as massas, ao mesmo tempo em que enriquece algumas poucas elites. Ele também devasta o ambiente e estimula

⁶ Welfare são políticas sociais que responsabilizam o estado por promover serviços públicos básicos e essenciais para população. Isto é, educação, saúde pública, moradia, manutenção da renda e seguridade social. Ou seja, welfare é um conjunto de assistências sociais. (REIS, 2019).

a violência. Uma sociedade genuinamente humana aboliria a propriedade privada, exceto para bens pessoais (por exemplo, roupas e sapatos). Arranjos comunais na produção e na distribuição de bens gerariam uma sociedade mais justa, mais feliz e mais realizada para todos. (MISES INSTITUTE, 2014).

2.3.3 Intervenção do Estado para a Escola Neoclássica

A escola neoclássica, vigorou no pensamento econômico no período entre 1870 e 1929. Procurava determinar as causas da riqueza para a alocação de recursos, visando sempre à maximização da utilidade. Os economistas neoclássicos eram marginalistas, no sentido de que enfatizavam a tomada de decisões e a determinação das variações na margem. No entanto, podemos perceber algumas diferenças entre eles. Primeiramente, que o pensamento neoclássico salientava que a oferta e a demanda determinavam preços de bens e serviços, enquanto os marginalistas diziam que somente a demanda determinava os preços dos bens e serviços. Segundo, muitos neoclássicos demonstraram maior interesse no papel da moeda do que muitos marginalistas. (OLIVEIRA *et al*, s.d.).

Os neoclássicos apoiavam muitos dos elementos da teoria clássica, aperfeiçoando algumas “deficiências” dessa escola, notadamente a teoria do valor trabalho, dando ênfase à noção de utilidade. Para tanto, uniram o cálculo da margem com a ideia de utilidade para chegar ao conceito de utilidade marginal⁷, enquanto Jevons e Walras adotaram métodos matemáticos. (MACEDO; BRASIL, 2016).

A teoria neoclássica possui a visão de que o Estado deve intervir onde houver falhas de mercado⁸ e fornece os serviços que o setor privado não oferece. A teoria serve para justificar a venda de várias empresas estatais. Os principais motivos

⁷ A teoria da utilidade marginal define que há uma relação econômica em que o valor de um determinado bem ou serviço diminui à medida que o seu consumo é feito em larga escala. Isso significa dizer que, de acordo com a teoria, um produto passa a custar menos a partir do momento em que ele se torna muito abundante, fazendo com que a sua utilidade marginal diminua. (SANDRONI, 2008).

⁸ A economia de mercado é o melhor mecanismo para alocar recursos e organizar a atividade econômica da forma mais eficiente possível. Porém, nem todo esse funcionamento é perfeito. Algumas vezes, a livre interação entre agentes econômicos produz distorções que causam mais efeitos negativos do que positivos. Segundo a microeconomia, esse evento é chamado de falha de mercado. (REIS, 2018b).

apontados para a venda dessas empresas foram o de elas estarem apresentando prejuízos e que o lucro obtido com as vendas seria utilizado para abater os estoques da dívida pública. Mesmo assim, a teoria, com sua visão de “Estado mínimo”, intervindo somente o necessário, também serve para justificar a venda do patrimônio público. (MINATELLI, 2006).

Em geral, neoclássicos fazem uso de um profundo instrumental matemático e seus modelos são estabelecidos de tal forma que os mercados tenderão para o equilíbrio, desde que não haja falhas de mercados. Cabe ao Estado, unicamente, eliminar essas falhas. Sob tais premissas, a concorrência perfeita será mantida. (MACEDO; BRASIL, 2016).

A Escola Neoclássica, por sua vez, incorporou o *laissez-faire* da economia Clássica, embora entendendo que essa é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o mercado atinja a maximização do produto. Segundo Omar (2001), há quatro fontes pelas quais o mercado perfeito se não atinge o produto ideal: bens públicos, externalidades, poder de monopólio e informações imperfeitas. Em relação ao poder de monopólio, neoclássicos defendem que o Estado deveria intervir na economia de forma a oferecer um ambiente favorável à concorrência e, conseqüentemente, à eficiência econômica. Portanto, essa escola ensina que o Estado deva interferir o mínimo possível, apenas quando julgar necessário, como o exemplo das falhas de mercado.

2.3.4 Intervenção do Estado para a Escola Keynesiana

John Maynard Keynes viveu em uma época de grandes turbulências e crise do sistema capitalista. Por essa razão, o Estado foi visto em uma economia com altos níveis de desemprego e, portanto, de crises cíclicas. Em função desse fato, acreditava-se na falência do “capitalismo harmônico” e da crença no mercado autorregulador. Por essa razão, Keynes acreditava que a economia deixada sozinha seria vítima de suas próprias crises. Ele via a necessidade de incorporar ações de governo como forma de estabilizar a economia. Isso porque sendo o capitalismo um mecanismo complexo e instável de acumulação de capital, o livre-arbítrio acabaria por torná-lo uma vítima de suas próprias especificidades. (RIANI, 2016).

Para Keynes, o regime de *laissez-faire*, com cada um buscando atingir seus objetivos individuais, não conseguiria atender aos interesses coletivos. Por essa razão, defendia uma ação inteligente do Estado na condução econômica do país em convivência com a livre iniciativa privada. Em sua visão, bem-estar e progresso econômico só seriam alcançados se o capitalismo fosse dirigido inteligentemente se o poder estatal ocupasse o lugar de regulador, não podendo as iniciativas individuais. Nesse processo, caberia ao Estado assumir funções que estivessem fora do âmbito individual e que somente ele o faria. (RIANI, 2016). Esse aspecto continua sendo explicado pelo autor:

[...] Assim, caberia ao Estado tomar certas decisões de controle da moeda, do crédito e do nível de investimentos, com o objetivo de eliminar grandes males econômicos de seu tempo (desigualdade de riqueza, desemprego, decepção de expectativa dos empresários, redução da eficiência e da produção), frutos do risco e das incertezas, da ignorância e da especulação financeira. Segundo Keynes, essas atitudes resultariam no aperfeiçoamento das técnicas do capitalismo moderno e não seriam incompatíveis com a essência do capitalismo, que é a dependência de uma intensa atração entre os instintos de ganhar e de amor ao dinheiro dos indivíduos como principal força motivadora dos mecanismos econômicos. (RIANI, 2016, p.15).

Conforme Brue (2005), os Keynesianos defendiam que o governo deveria interferir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias, a fim de promover pleno emprego, estabilidade dos preços e crescimento econômico. Para combater a recessão ou a depressão, o governo deveria aumentar seus gastos ou reduzir os impostos, sendo que essa opção aumentaria gastos com consumo privado. Seria importante disponibilizar mais moeda para baixar as taxas de juros, na expectativa de que isso aumentasse os gastos com investimentos. Para conter a inflação ocasionada por gastos agregados excessivos, o governo deveria reduzir seus próprios gastos, aumentar impostos para reduzir os gastos com consumo privado ou reduzir oferta de moeda para elevar as taxas de juros, o que refrearia gastos excessivos com investimentos.

2.3.5 Intervenção do Estado para a Escola Austríaca

A postura da Escola Austríaca quanto a não intervenção do Estado é muito mais aguerrida do que os próprios clássicos. No entendimento da escola, a intervenção do Estado prejudica o conjunto das relações econômicas, por isso defende o *laissez-faire*. No seu conjunto, as intervenções são vistas como uma

prática equivocada, perniciosa e traz danos e consequências desastrosas. (GOULARTI, 2016).

Segundo Rothbard (2012), o Estado para os austríacos nada mais é do que uma instituição que viola tudo aquilo que é considerado honesto e moral, sempre agindo sob uma falsa aura de bondade e preocupação para com o cidadão. O autor demonstra como o Estado devasta a liberdade, destrói a civilização e ameaça a vida, a propriedade e o bem-estar social de todas as pessoas.

Segundo a Escola Austríaca, a ordem em uma sociedade pode emergir das transações voluntárias entre os indivíduos. As pessoas podem voluntariamente incorrer em transações privadas para obter qualquer coisa que valorizem, inclusive justiça e segurança. Dado que todas as escolhas voluntárias envolvem o julgamento subjetivo de situações futuras, cada indivíduo tem a capacidade de saber quais bens e serviços são os mais adequados para ele, inclusive serviços como proteção e resolução de disputas. Idealmente, o governo estaria limitado apenas à proteção dos direitos básicos de cada cidadão; mas o governo, como se conhece, protege apenas seus favoritos e viola os mais básicos direitos de propriedade do cidadão comum. Todos esforços para se limitar os poderes do Estado tendem a fracassar. Instituições privadas de segurança e arbitramento são mais eficientes e morais do que suas congêneres estatais. (MISES INSTITUTE, 2014).

2.3.6 Intervenção do Estado para a Escola de Chicago

A Escola de Chicago defende o livre mercado, com a menor presença estatal possível. Liberdade de preços, abertura econômica, redução de impostos e privatizações estão entre as principais teorias defendidas. O conjunto de ideias surgiu em oposição ao chamado keynesianismo, que defende a intervenção do Estado na economia. A Escola de Chicago é crítica a essa linha de pensamento. (XAVIER, 2018).

O economista Milton Friedman foi um defensor da diminuição da intervenção do Estado na economia. Para ele, as instituições estatais deveriam deixar de cumprir funções de planejamento e investimento econômico, limitando-se principalmente a exercer o controle inflacionário através da emissão monetária,

deixando os demais aspectos da economia a cargo das empresas. Com uma oferta menor de moeda no mercado, os preços teriam maior dificuldade de serem elevados. (PINTO, s.d.). Esse aspecto é abordado pelo autor, que explicita:

Essa proposta neoliberal não se resume exclusivamente à questão econômica, mas é também um posicionamento político, social e filosófico, baseado em uma tradição liberal do início do capitalismo. As pessoas deveriam ser livres da tutela do Estado e, dessa forma, conseguiriam se desenvolver plenamente através do individualismo, da democracia representativa e da liberdade de concorrência econômica no mercado. Essas medidas garantiriam um equilíbrio social, cabendo ao Estado uma função de regulador dos potenciais conflitos sociais existentes, através da legislação. Resultaria ainda na diminuição dos gastos estatais, já que diminuiria a oferta de serviços à população, cabendo às empresas o fazer. (PINTO, [s.d.], [s.p].)

Conforme Bona (2020), essa escola de pensamento econômico defendia livre mercado e neoliberalismo em si. O Neoliberalismo surgiu do Liberalismo e enfatiza os seguintes temas:

- privatização de empresas estatais;
- economia guiada pelas forças do mercado;
- redução de tributos para indivíduos e grandes empresas;
- pouca ou nenhuma intervenção do Estado na economia;
- defesa das medidas contra o protecionismo econômico.

A Escola de Chicago baseia-se na teoria quantitativa da moeda, formulada por meio de uma equação que estabelece uma relação entre preços, número de transações e volume de dinheiro e sua velocidade de circulação é considerada o determinante principal do nível dos preços, que pode ser influenciável por determinadas formas de política monetária. Dessa maneira, a inflação, por exemplo, é vista como fenômeno puramente monetário. (SANDRONI, 2008).

2.4 PANDEMIA DA COVID-19 E A ECONOMIA GLOBAL

Com o mercado financeiro revisando suas projeções de crescimento para a economia, para a questão sobre como caracterizar o cenário atual e o que virá daqui em diante. Nesta seção, tratou-se a respeito dos conceitos de pandemia, recessão, depressão e estagnação. Em seguida serão abordados relatos de países que estão sofrendo com a pandemia da COVID-19 e as medidas econômicas

adotadas, principalmente na China, país onde o vírus se propagou.

Pandemia, palavra de origem grega, foi pela primeira vez empregada por Platão, em seu livro *Das Leis* (11). Platão usou-a no sentido genérico, referindo-se a qualquer acontecimento capaz de alcançar toda a população. O conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente. (JOFFRE, 1998).

Recessão é uma conjuntura de declínio da atividade econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas. Essa situação pode ser superada em um período breve ou pode estender-se de forma prolongada. (SANDRONI, 2008).

Depressão econômica pode ocorrer após uma recessão, seria a fase do ciclo econômico em que a produção entra em declínio acentuado, gerando queda nos lucros, perda do poder aquisitivo da população e desemprego. Para minorar seus efeitos, os governos procuram tomar medidas que possibilitem aumentar o consumo e o nível de emprego. Entre essas medidas estão: redução do imposto de renda, aumento dos investimentos em obras públicas, diminuição das taxas de desconto e emissão de papel-moeda. A maior parte dessas medidas foi realizada por Keynes, durante o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos, após a depressão de 1929. (SANDRONI, 2008).

Estagnação seria a situação em que o produto nacional não mantém nível de crescimento à altura do potencial econômico do país. Pode acontecer, por exemplo, que mesmo com o amplo emprego dos recursos disponíveis, o índice de crescimento do produto não supere o índice do aumento da população ou até fique abaixo dele. Uma demanda global deficiente pode gerar esse quadro de estagnação em uma economia que tenha grande capacidade de crescimento. Segundo os economistas da escola keynesiana, a tendência à estagnação é uma das características do capitalismo. Para combater essa tendência, advogam a intervenção do Estado na economia, como instrumento no controle da taxa de juros e incentivador de novos investimentos. (SANDRONI, 2008).

A pandemia da COVID-19 eclodiu na China, economia que atualmente responde por 15% da renda global, 20% da produção de bens físicos, agrícolas e industriais, 10% do comércio e algo entre 8% e 9% do fluxo de turistas e do investimento direto estrangeiro. A economia chinesa é grande e muito integrada aos

circuitos globais de produção e comércio. O país é um importante comprador de alimentos, energia e minerais, e sua desaceleração atinge fortemente seus fornecedores, como o Brasil. (UFRGS, 2020).

Na crise atual ocasionada pelo coronavírus, muito se questiona da atuação do governo para minimizar seus efeitos. Como resultado, em todo o mundo há discussões sobre propostas enviadas às instâncias legislativas sobre pacotes de alívio econômico. Assim, destacando que em momentos de catástrofe, independente da linha de pensamento que os governos sigam, é preciso a intervenção. (NOVA FUTURA INVESTIMENTOS, 2020).

A partir da crise chinesa desdobraram-se efeitos sobre a produção e o comércio internacional, bem como sobre a confiança de consumidores, empresas e investidores. O efeito-dominó sobre os mercados financeiros ampliou-se com a disseminação global da pandemia. Observou-se, então, uma queda generalizada nos preços dos ativos de renda variável (ações, *commodities* etc.), elevação nos custos de captação de recursos de curto prazo nos mercados interbancários, fuga de capitais em países emergentes, desorganização de cadeias produtivas dependentes de fornecedores chineses e queda adicional das exportações e dos fluxos de turismo, dentre outras consequências. (UFRGS, 2020).

Segundo a Secretaria de Política Econômica do Brasil (2020), os dados industriais na China apontaram desaceleração expressiva no ritmo de crescimento em fevereiro. O governo chinês já anunciou diversas medidas para estimular a economia, como redução dos juros e incentivos fiscais, o que deve ajudar na retomada da atividade à frente.

Tais governos apresentam distintas orientações políticas e ideológicas, têm diferentes trajetórias históricas e se organizam a partir de balizas institucionais e culturais, que não necessariamente convergem. Porém, a despeito dessa diversidade e das soluções diversas, então engendradas, sobressai a atuação estatal direcionada aos efeitos primários e secundários desta pandemia. (UFRGS, 2020). Os efeitos primários estão diretamente ligados:

1. ao esforço de atenuar a curva epidemiológica por meio de suspensão de atividades não prioritárias e que geram grande contato social;
2. a adoção de medidas de reforço dos sistemas públicos de saúde, bem como a forte orientação pública quanto ao uso de recursos privados nesse setor crucial.

Conforme UFRGS (2020), os efeitos secundários envolvem mais diretamente a economia no que se refere à capacidade de reprodução normal da vida social. Nas modernas sociedades de mercado, a sobrevivência dos indivíduos depende do bom funcionamento de diversas cadeias econômicas, que se estendem da produção, ao fornecimento de bens e serviços. Para evitar a ruptura de partes essenciais de relações complexas, bancos centrais e governos estão anunciando medidas que garantem:

1. acesso à liquidez com taxas de juros próximas a zero e limites de crédito muito mais elevados do que em momentos normais;
2. reprogramação de prazos para o recolhimento de impostos, especialmente de empresas de menor porte;
3. ampliação dos instrumentos de apoio às camadas de menor renda e que estão mais vulneráveis às oscilações de preços de bens e serviços. O próprio Fundo Monetário Internacional recomenda um conjunto convergente de medidas e defende a atuação contundente e coordenada dos governos.

Um recurso importante desse episódio que o torna único é a resposta das políticas públicas. Governos em todo o mundo estão priorizando medidas que limitem a propagação da doença e salvem vidas, incluindo o bloqueio completo de uma região (como na China) e até de países inteiros (Itália, Espanha e França, por exemplo). Uma lista muito mais longa de países, incluindo os Estados Unidos, impôs severas proibições de viagens internacionais e proibiu todo tipo de eventos públicos. (REINHART, 2020).

São exemplos de medidas já anunciadas nos países de alta renda a política monetária e creditícia: redução de juros e aumento das linhas de assistência dos Bancos Centrais. (UFRGS, 2020):

- o FED, Banco Central dos EUA, reduziu sua taxa básica de juros para a faixa de 0,0% – 0,25%, tal como na crise de 2008-2009, comprará US\$ 500 bilhões em títulos públicos e US\$ 200 bilhões em títulos hipotecários nos próximos meses. Ademais, criou linhas de crédito a juros próximos de zero, por até seis meses (prorrogáveis) para que os bancos repassem às empresas e famílias em dificuldades;
- outros Bancos Centrais estão reduzindo suas taxas de juros (Reino Unido, Austrália, Canadá, Noruega), em alguns casos para níveis entre 0% – 0,5%.

Também, estão anunciando programas de compras de títulos – públicos ou privados – para evitar a queda maciça de seus preços com efeitos deletérios sobre instituições financeiras e investidores individuais;

- o Banco Central Europeu opera com taxas nominais negativas (-0,5%), pelas quais os bancos é que pagam juros sobre as suas reservas líquidas. Por enquanto, não anunciou redução adicional nos juros. Seu foco é ampliar dois programas estratégicos de estímulo aos bancos para manterem linhas de crédito às empresas e de compra de títulos.

Com a consolidação das medidas, fica mais visível que os países estão escolhendo a melhor forma de reagir. Aqueles que estão investindo mais fortemente nas medidas de crédito estão contendo as ações fiscais com impacto direto. Países que estão adotando políticas de crédito em menor grau, por sua vez, estão recorrendo de forma mais direta às medidas fiscais, o que amplia o custo fiscal direto da reação à crise. (PIRES, 2020).

Assim como em uma guerra, trata-se em primeiro lugar de se garantir a vitória e, em segundo lugar, de reconstruir as bases de funcionamento da sociedade. Horizontes e custos devem ser percebidos nessas dimensões. Eventuais flexibilizações e ampliações de gastos no curto prazo vão gerar efeitos fiscais, como o aumento da dívida pública, cujo equacionamento deverá se dar ao longo do tempo. (UFRGS, 2020).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Para Gil (2002), pesquisa exploratória tem como escopo oportunizar proximidade com o problema, com o intuito de torná-lo mais compreensivo. De acordo com Zikmund (2000), a mesma pode ser definida da seguinte maneira:

Os estudos exploratórios servem para diagnosticar situações, buscar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas. Dessa forma, mesmo quando já existem conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, se não de todas, pelo menos de algumas delas (ZIKMUND, 2000, s. p.).

Para que seja possível compreender o funcionamento do sistema econômico de um país, é necessário buscar informações em níveis internacional e nacional, esclarecendo a metodologia estrutural de cada sistema, com alternativas distintas de medidas econômicas. Dessa forma, a pesquisa exploratória vem ao encontro do conhecimento no que tange explorar um tema pouco conhecido, como o caso do coronavírus.

Segundo Silva e Menezes (2000, p.21): “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois relatou a função do Estado na economia, através da história das escolas de pensamentos econômicos, relacionando com a pandemia do coronavírus e o grau dos seus impactos no desenvolvimento do sistema econômico global. Os dados da pesquisa foram levantados por meio de livros, sites da internet, artigos, dissertações e documentos, entre outros.

O método de abordagem utilizado provém do dedutivo, segundo Prodanov e Freitas (2013) o método dedutivo parte do geral e segue ao particular, partindo de princípios, leis ou teorias entendidas como verdadeiras e indiscutíveis, para deduzir

a ocorrência de casos particulares com base na lógica. Assim, possibilita obter conclusões de maneira formal, unicamente através de fundamentos.

Para a classificação do estudo, quanto à abordagem, classificou-se o método quantitativo, pois utilizou dados estatísticos para explicar alguns índices macroeconômicos, como por exemplo, IPCA, SELIC, PIB, inflação entre outros, a qual se deu por dados numéricos. Malhotra (2001) explica que a pesquisa quantitativa procura quantificar variáveis e usa alguma forma de análise estatística.

Quanto aos métodos de investigação, realizou-se pesquisa de natureza comparativa e histórica. A pesquisa foi de caráter comparativa, pois visou a averiguar dados concretos, de modo a tirar do mesmo os recursos constantes, abstratos e gerais. Forma autêntica de “experimentação indireta” é usada em assuntos de grande compreensão e de ramos concretos, bem como para estudos qualitativos e quantitativos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ainda, o método comparativo objetiva cotejar a verificação de semelhanças e esclarecer as distinções. Por vezes, é visto como insignificante em comparação a outros. Há circunstâncias em que sua metodologia é desenvolvida por intermédio de controle rígido e seus resultados trazem expressivo grau de generalização. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa propôs-se comparar as escolas de pensamentos econômicos, de modo a concluir qual a melhor forma do Estado intervir na economia e suas medidas econômicas para combater recessões. Também, realizou-se a análise dos efeitos da COVID-19, sobre as variáveis macroeconômicas do mercado de trabalho, inflação, juros e PIB, comparando-as com as informações da macroeconomia brasileira pré-crise e em relação ao ano anterior.

Esta pesquisa se caracteriza como histórica, uma vez que trabalhou-se com fatos atuais que tiveram origem no passado e acompanhar a evolução do objeto estudado pela história. Conforme Marconi e Lakatos (2003), o método histórico traduz-se em apurar acontecimentos, processos e instituições antigas para averiguar a sua influência na sociedade atual.

Quanto às técnicas de pesquisa, para coletar os dados, usou-se documentação indireta, abordando pesquisas bibliográfica e documental. Conforme Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa

documental refere-se a dados secundários, que receberam tratamento analítico, como jornais, registros estatísticos, periódicos, livros, etc.

Essa caracterização também é explicitada por outros autores, que complementam:

São chamados dados secundários por se tratarem de “dados de segunda-mão”. Cumpre ressaltar que essa expressão não tem caráter pejorativo, apenas indica que são dados disponíveis e que não foram coletados especificamente para o nosso trabalho em particular (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102).

Seguindo a linha de pensamento desses autores, a pesquisa documental, possui a característica da coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não. A fonte principal da pesquisa documental, para realizar a análise de dados, foi o site Oficial do Ministério da Economia e do site Oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Central do Brasil e IBGE-PNAD contínua. Através de pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (*apud* OLIVEIRA, 2011b) pesquisa bibliográfica ou fontes secundárias abrangem toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Essas bibliografias disponíveis foram retiradas de fontes confiáveis para que não haja informações errôneas ou dados processados de forma equivocada.

A análise dos dados deu-se de forma qualitativa. A análise qualitativa se deu por meio da análise de conteúdo, com análise e interpretação de dados coletados com a pesquisa bibliográfica e documental, alcançando o objetivo deste estudo. Segundo Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa:

[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Assim sendo, analisou-se a eficiência das políticas econômicas adotadas pelo Estado para combater a atual crise, causada pela COVID-19, de modo a entender as medidas necessárias para evitar uma recessão na economia. Também, foram analisados aspectos atuais e perspectivas da retomada do PIB brasileiro para 2020, frente às medidas econômicas adotadas pelo Estado. Vale ressaltar que o estudo obteve impactos inconclusivos. A análise econômica foi composta com variáveis macroeconômicas do mercado de trabalho, inflação, juros e PIB no curto prazo e informações obtidas no ano de 2020.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se, analiticamente, os dados levantados, através de uma exposição do que foi observado e desenvolvido na pesquisa. Buscou-se primeiramente comparar a função do Estado nas diferentes escolas do pensamento econômico e analisar os efeitos socioeconômicos que a pandemia do coronavírus causou na economia do Brasil. Na sequência, foram evidenciados e analisados os fundamentos macroeconômicos do Brasil. Por fim, foram demonstradas as principais medidas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro no combate à crise do coronavírus.

4.1 COMPARAÇÃO DA FUNÇÃO DO ESTADO NAS DIFERENTES ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

O que diz respeito às escolas de pensamento econômico, foram selecionadas as principais escolas, para abordar assuntos referentes à participação do Estado na economia e sua importância na sociedade. A parte teórica encontra-se na revisão da literatura.

Elaborou-se um quadro comparativo para facilitar a visualização e embasamento teórico. Informações e dados históricos estão em sequência cronológica das escolas econômicas estudadas. É interessante destacar que não estão citadas todas as escolas econômicas da história mundial, mas consideradas as mais relevantes para a autora. Em relação aos defensores mencionados, é preciso deixar claro que não são só esses que representam cada escola, mas muitos têm a linha de pensamento que diferem em alguns aspectos. A época e o lugar citados servem como base, onde de alguma forma se desenvolveram as principais ideias referentes às escolas.

Quadro 2 - Escolas de Pensamento Econômico: participação do Estado na Economia

ESCOLA	ÉPOCA	LUGAR	FINALIDADE DO ESTADO	DEFENSOR
Escola Clássica	1776-1871	Inglaterra	Intervenção do Estado é mínima e focada na proteção da propriedade privada.	Adam Smith; Thomas Malthus; David Ricardo; David Hume.
Escola Marxista	1880	Europa	Defensor da intervenção do Estado na economia	Karl Marx; Friedrich Engels
Escola Neoclássica	1870 – 1929	Inglaterra	Intervenção do Estado é mínima e focada na oferta e procura.	Alfred Marshall Leon Walras; William Jevons; John Hicks; George Stigler.
Escola keynesiana	1936	EUA	Defensor da intervenção do Estado na economia.	Keynes Evsey D. Domar
Escola Austríaca	SÉCULO XV	Áustria	Criticava a intervenção do Estado na economia e o controle de preços.	Carl Menger; Ludwig von Mises Murray Rothbard Friedrich Hayek
Escola de Chicago	1950-1970	EUA	A intervenção do Estado na economia era menos eficaz do que o sugerido.	Milton Friedman; George Stigler; Merton Miller

Fonte: Adaptado de BRUE (2005) *apud* MOURA (2018).

A intervenção do Estado, no domínio econômico, nada mais é do que todo ato ou medida legal que restrinja, condiciona ou tenha por fim suprimir a iniciativa privada em determinada área, visando assim, o desenvolvimento nacional e a justiça social, assegurados os direitos e garantias individuais. (RAMOS, 2016).

4.2 EFEITOS SOCIOECONÔMICOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA DO BRASIL

O mundo vive hoje uma crise econômica, causada pela pandemia da COVID-19, essa crise é diferente das anteriores, seus impactos foram mais intensos e

rápidos. O primeiro caso de COVID-19 foi registrado na China em dezembro de 2019. Desde então, o vírus tem se espalhado rapidamente em diversos países do mundo. No Brasil, desde o registro do primeiro caso, o vírus também tem se espalhado rapidamente e permeia todos os Estados brasileiros.

Diante da inexistência de uma vacina contra o coronavírus e dada a intensidade das taxas de morbidade e mortalidade observadas em diversos países, a estratégia mais adequada para conter a propagação do vírus apontada pela OMS, autoridades e especialistas da área de saúde é o isolamento social. Por decreto, o comércio e estabelecimentos de serviços tiveram de fechar as portas em boa parte do mundo. Fábricas também pararam as atividades ou alteraram a produção para evitar a aglomeração de funcionários. Trabalhando de suas casas, os profissionais tendem a consumir menos. Há ainda milhões que perderam parcial ou integralmente sua fonte de renda. Os governos procuram amenizar a crise causada pelo novo coronavírus, mas já é dado como certo que o ano será de retração da economia. A recuperação também promete ser desafiadora.

É certo que a doença deve provocar significativas consequências no sistema econômico, o que tem levado diversos países a adotarem medidas de estímulo para contrabalançar os efeitos contracionistas em curso. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar os impactos da COVID-19 sobre a economia brasileira.

No Brasil, em 22 de março de 2020, o Supremo Tribunal Federal (2020), liberou bilhões de reais para o combate ao coronavírus. É inevitável o impacto socioeconômico dessas medidas: rombo nas contas públicas, endividamento e reformas. Esse impacto é descrito pelo autor, que firma que:

As consequências sociais e econômicas da disseminação desse vírus e, portanto, do isolamento social, não podem ser ignoradas: queda na renda dos trabalhadores (especialmente dos autônomos e informais), problemas de natureza psicológica desenvolvidos pelos confinados, risco de aprendizagem para crianças em idade escolar, aumento na taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas. No campo econômico, o efeito colateral imediatamente sentido pela falência de empresas é o desemprego e, portanto, o aumento da vulnerabilidade social no país. (CLARO, 2020, p. 01).

A COVID-19 veio para mostrar que nações e países tidos como desenvolvidos podem ser tão vulneráveis quanto os mais pobres e em pouquíssimo tempo podem ser atingidos por uma grave crise. A maneira mais eficiente de lidar com esse problema é através da ampla coordenação de governos e bancos, de

forma que a assistência à população não seja limitada exclusivamente de impedir a propagação do vírus. (CLARO, 2020).

4.2.1 Mercado de trabalho

Para entender o que está acontecendo no mercado de trabalho, é importante acompanhar diversos indicadores. Tratou-se neste texto da recente divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE (2020), que agrega os principais indicadores de mercado de trabalho, permitindo assim, uma análise completa do atual momento do emprego no país. Esses dados são divulgados mensalmente, no entanto, se referem sempre ao trimestre móvel, de modo que tem-se para cada mês a média de diversas variáveis no mês de referência e nos dois anteriores. Os dados da pesquisa concretizaram o cenário que já era esperado por especialistas: a crise do coronavírus fez o desemprego aumentar no Brasil no ano de 2020.

A seguir tem-se um comparativo (Quadro 3) o que mostra o percentual de taxa de desocupação, taxa de subutilização, mais o rendimento real habitual.

Quadro 3 - Quadro Comparativo

INDICADOR / PERÍODO	JUN-JUL-AGO 2020	MAR-ABR-MAI 2020	JUN-JUL-AGO 2019
Taxa de desocupação	14,4%	12,9%	11,8%
Taxa de subutilização	30,6%	27,5%	24,3%
Rendimento real habitual (R\$)	2.542	2.465	2.351
Variação do rendimento real habitual em relação a:		3,1%	8,1%

Fonte: Adaptado de IBGE – PNAD Contínua, (2020).

A taxa de desocupação (14,4%) no trimestre de junho a agosto de 2020 foi a mais alta da série histórica iniciada em 2012, crescendo 1,6 ponto percentual em relação ao trimestre de março a maio (12,9%) e 2,6 p.p. frente ao trimestre junho a agosto de 2019 (11,8%). (IBGE – PNAD CONTÍNUA, 2020).

A taxa composta de subutilização (30,6%) foi recorde na série, crescendo 3,1 p.p. em relação ao trimestre móvel anterior (27,5%) e 6,2 p.p. frente ao mesmo

trimestre de 2019 (24,3%). A população subutilizada (33,3 milhões de pessoas) também foi recorde, subindo 9,7% (mais 3,0 milhões de pessoas) frente ao trimestre anterior e de 20,0% (mais 5,6 milhões de pessoas) contra o mesmo trimestre de 2019. (IBGE – PNAD CONTÍNUA, 2020).

O rendimento médio real habitual (R\$ 2.542), no trimestre terminado em agosto, subiu 3,1% frente ao trimestre anterior e 8,1% contra o mesmo trimestre de 2019. A massa de rendimento real habitual (R\$ 202,5 bilhões) caiu 2,2% (menos R\$ 4,6 bilhões) frente ao trimestre anterior e 5,7% (menos R\$ 12,3 bilhões) contra o mesmo trimestre de 2019. (IBGE – PNAD CONTÍNUA, 2020).

A seguir tem-se o Quadro 4, o qual demonstra os percentuais da população desocupada, ocupada e desalentadas⁹ do trimestre de (junho, julho e agosto) de 2020 em comparação com o trimestre anterior (março, abril e maio), e o comparativo do mesmo trimestre de 2019 (junho, julho e agosto).

Quadro 4 – Desocupados, Ocupados e Desalentados em 2020

POPULAÇÃO DESOCUPADA	POPULAÇÃO OCUPADA	POPULAÇÃO DESALENTADA
A população desocupada (13,8 milhões de pessoas) subiu 8,5% (mais 1,1 milhão de pessoas) frente ao trimestre móvel anterior (12,7 milhões) e subiu 9,8% (1,2 milhão de pessoas a mais) em relação mesmo trimestre de 2019 (12,6 milhões).	A população ocupada (81,7 milhões, a menor da série) caiu 5,0% (menos 4,3 milhões de pessoas) em relação ao trimestre anterior e 12,8% (menos 12,0 milhões de pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2019. O nível de ocupação (46,8%) também foi o mais baixo da série, caindo 2,7 p.p. frente ao trimestre anterior e de 7,9 p.p. contra o mesmo trimestre de 2019.	A população desalentada (5,9 milhões) foi recorde, com altas de 8,1% (mais 440 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e 24,2% (mais 1,1 milhão de pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2019. O percentual de desalentados em relação à população na força de trabalho ou desalentada (5,8%) também foi recorde, crescendo 0,6 p.p. frente ao trimestre anterior e de 1,5 p.p. contra o mesmo trimestre de 2019.

Fonte: Adaptado de IBGE – PNAD Contínua, (2020).

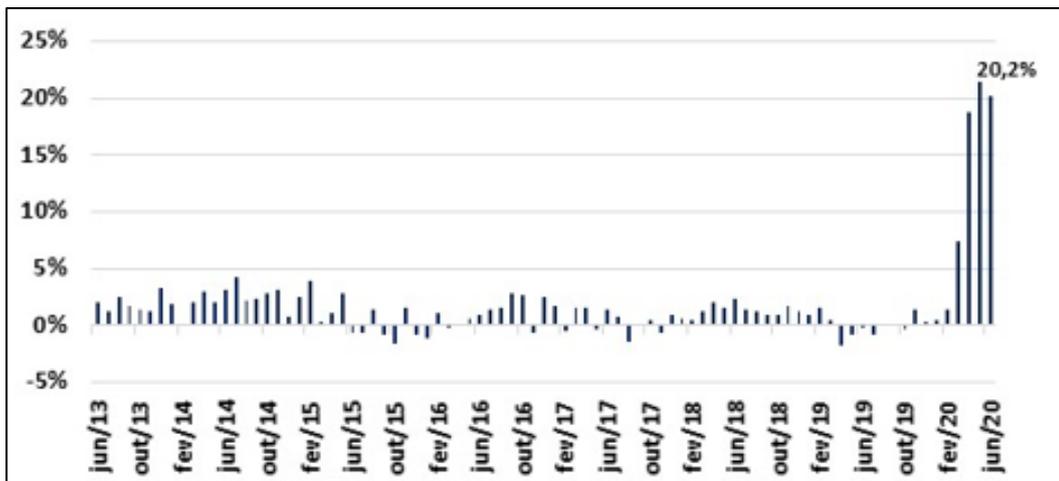
Frente ao trimestre móvel anterior, a população ocupada diminuiu em oito dos dez grupamentos de atividades analisados pela PNAD Contínua: indústria (3,9%, ou menos 427 mil pessoas), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4,7%, ou menos 754 mil pessoas), transporte, armazenagem e correio

⁹ Desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. (IBGE, 2020).

(11,1%, ou menos 507 mil pessoas), Alojamento e alimentação (15,1%, ou menos 661 mil pessoas), Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas (3,3%, ou menos 337 mil pessoas), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (4,4%, ou menos 740 mil pessoas), Outros serviços (11,6%, ou menos 510 mil pessoas) e Serviços domésticos (9,4%, ou menos 477 mil pessoas). Houve aumento no grupamento de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (2,9%, ou mais 228 mil pessoas). Já a Construção apresentou estabilidade. (IBGE – PNAD CONTÍNUA, 2020).

A crise causada pela pandemia do coronavírus elevou drasticamente o número de pessoas que se encontram fora da força de trabalho, como mostra o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Taxa de crescimento do número de pessoas que se encontram fora da força de trabalho (em % e em relação ao mesmo mês do ano anterior) – Brasil.



Fonte: Elaboração do IBRE (2020) *apud* Pnad Contínua/IBGE (2020).

Ao observar o Gráfico 2, notou-se um crescimento expressivo do número de pessoas fora da força de trabalho iniciada no mês de março de 2020, causada em grande parte pelas medidas de distanciamento e contenção do vírus que acabaram por desestimular a procura por emprego, impedindo, assim, que a taxa de desemprego aumentasse com mais intensidade até o mês de maio. Nota-se, no entanto, que após atingir o maior crescimento na série histórica mensalizada em maio de 2020 (alta de 21,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior), houve, em junho deste ano, uma desaceleração no crescimento das pessoas que

estão fora da força de trabalho, de modo que ele passou para 20,2%. Como consequência disso, foi possível notar, na série mensalizada, um avanço na taxa de desemprego em junho de 2020, tal como apresentado no Gráfico 2. (PERUCHETTI *et al* 2020).

Gráfico 3 - Evolução da taxa de desemprego – Brasil.



Fonte: Elaboração do IBRE com base nos dados da Pnad Contínua/IBGE (2020).

Pode-se observar no Gráfico 3 uma aceleração na taxa de desemprego mensalizada, fruto da combinação de forte queda da população ocupada e aumento no número de pessoas desocupadas no mês de junho. Nota-se a taxa de desemprego, que estava girando em torno de 12,9%, entre março e maio de 2020, contida em parte pelo aumento expressivo do número de pessoas que estavam fora da força de trabalho, saltou para 14,2%, a maior observada na série histórica. É possível que, tenha-se aumentos ainda maiores na taxa de desemprego nos próximos meses, à medida que as pessoas comecem a procurar trabalho e haja uma normalização da força de trabalho no Brasil. (PERUCHETTI *et al*, 2020).

Portanto, os dados apresentados mostram as principais causas que levaram ao esgotamento do mercado de trabalho desde o início da pandemia do coronavírus. A queda foi generalizada, atingindo os principais setores da economia, em especial a indústria e o setor de serviços, bem como as ocupações informais, por meio de fortes reduções no emprego dos trabalhadores que trabalham sem carteira assinada e que trabalham por conta própria. Além disso, notou-se uma aceleração na taxa de desemprego no mês de junho de 2020. (PERUCHETTI *et al*, 2020).

4.2.2 Juros

A Taxa de juros SELIC¹⁰ tem relação no dia a dia do povo brasileiro, ela pode impactar na rotina de diversas formas, seja influenciando a taxa de juros praticada em empréstimos ou financiamentos, a rentabilidade de investimentos ou mesmo o avanço ou a retração da economia.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) é um órgão que tem a finalidade de estabelecer diretrizes da política monetária. Uma de suas atribuições é definir a taxa básica de juros. Sendo assim, a cada 45 dias, os membros do COPOM, que fazem parte do Banco Central do Brasil, se reúnem-se para decidir se mantêm ou modificam a meta da taxa de juros básica da economia brasileira. O COPOM é integrado por oito membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil e é presidido pelo presidente do Bacen. Atualmente, quem ocupa esse cargo no órgão é o economista Roberto Campos Neto. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s.d.)

A taxa SELIC foi criada em 1979 pelo Banco Central com o intuito de melhorar a transparência das negociações dos títulos públicos. A taxa tem duas vertentes, pode-se afirmar que a SELIC Meta que é o valor que o Banco Central gostaria que fosse utilizado e a SELIC Over o valor real que o mercado utiliza. Geralmente, os dois valores estão bem próximos, mas a SELIC Over costuma estar 0,1% abaixo. A seguir tem-se o Quadro 5, no que traz os conceitos da taxa SELIC Meta e Taxa SELIC Over. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s.d.)

¹⁰ SELIC é a taxa básica de juros da economia brasileira e significa: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. (BANCO CENTRAL DO BRASIL), (s.d.).

Quadro 5 - Conceitos de SELIC Meta e SELIC Over

TAXA SELIC META	TAXA SELIC OVER
<p>A SELIC Meta é a taxa estabelecida pelo COPOM e é ela que regula a nossa Economia, alterando os juros diretamente ao consumidor.</p> <p>O importante é saber que, todas às vezes que o Governo altera a Taxa SELIC, ele sempre está se referindo à Taxa SELIC Meta. Ela pode ser, por exemplo, 12% ao ano, que só pode ser alterada através de outra reunião do COPOM. Ou pode seguir o viés, de acordo com o que foi estabelecido pelo Banco Central.</p>	<p>A SELIC Over é a taxa média ponderada de todas as transações feitas no Sistema SELIC lastreadas em Títulos Públicos Federais. Ela é estabelecida pelo próprio mercado com base em suas transações internas (entre instituições financeiras e Banco Central).</p> <p>Lastreadas em Títulos Públicos Federais significa que no sistema interfinanceiro, os bancos negociam dinheiro entre si. Normalmente, a garantia oferecida é composta por Títulos Públicos Federais que o banco possui em sua carteira. Isso é lastro! Quando as operações são feitas (lastreadas) com Títulos Públicos Federais como garantia, gera-se uma taxa. Essa taxa é a Taxa Over.</p>

Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil, (s.d.).

Investidores precisam ficar atentos nas modificações da taxa SELIC, principalmente em investimentos de renda fixa. Decisões do COPOM podem impactar diretamente nos resultados, trazendo benefícios ou perdas. Isso irá interferir diretamente em todo o mercado de investimentos, bem como no valor da moeda nacional e no preço das mercadorias, produtos e até mesmo serviços que são disponibilizados no Brasil. (EQUIPE TORO INVESTIMENTOS, 2019).

Além de conhecer as diferenças entre Taxa SELIC Meta e Taxa SELIC Over, precisa-se identificar o período que é considerado ao abordar os juros. Nesse sentido, é possível observar no Quadro 6, a taxa diária, mensal e anual.

Quadro 6 - Períodos da Taxa SELIC

TAXA SELIC ATUAL	TAXA SELIC MENSAL	TAXA SELIC ANUAL
<p>O valor real da SELIC varia todos os dias. Mas, em média, ele fica próximo à meta (mensal e anual), definida nas reuniões periódicas do COPOM.</p> <p>Na reunião do COPOM de agosto de 2020, o valor da taxa SELIC ficou definido em 2% a.a. sendo a menor taxa histórica. A próxima reunião ocorrerá no mês de setembro e assim por diante.</p>	<p>Para consultar a taxa mensal da SELIC no mês em vigência, é possível acessar as tabelas do site da Receita Federal.</p> <p>Uma nova taxa é definida a cada 45 dias. Então vale para um período maior do que um mês.</p>	<p>As reuniões do COPOM definem a meta da taxa de juros anual. Assim, durante o ano, a taxa varia de acordo com os incrementos ou cortes que o comitê faz.</p> <p>Como o índice pode apresentar diferentes valores ao longo do ano, é possível calcular a Taxa SELIC acumulada. Ela se refere à soma do valor da taxa a cada mês, indicando o total acumulado ao ano.</p>

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil, (s.d.).

O impacto que a Taxa Selic causa na economia não é limitado apenas aos investimentos, as pessoas que não atuam nesse mercado também são afetadas. Em determinados períodos, percebe-se que o dinheiro parece valer menos porque produtos ou serviços ficam mais caros, isso significa que o poder de compra fica reduzido. Em outras situações, acontece o contrário e parece que o salário consegue comprar mais coisas do que antes. Tudo isso acontece, de certa forma, por influência das decisões do COPOM. (EQUIPE TORO INVESTIMENTOS, 2019).

Entender essa relação é muito simples, afinal, quando os juros estão elevados, as pessoas tendem a comprar menos, o crédito é dificultado e fica mais caro, o que obriga as pessoas a poupar dinheiro e reduz a quantidade de moeda que circula no país. Nesses casos, o COPOM pode analisar toda essa conjuntura e julgar necessário determinar a queda na SELIC, para tentar controlar o mercado. (EQUIPE TORO INVESTIMENTOS, 2019).

Dessa forma, fica mais claro compreender que as decisões que são tomadas nas reuniões do COPOM, ao decidir se mantém, aumenta ou diminui a taxa SELIC atual, impactando diretamente toda a economia, contribuindo para o seu crescimento, manutenção ou recuo. Acompanhar o movimento dessa taxa é fundamental para determinar as melhores opções de investimentos da renda fixa. A SELIC influencia tanto os títulos ligados a ela, quanto a outros indicadores. (EQUIPE TORO INVESTIMENTOS, 2019).

No site do Banco Central do Brasil (2020), é possível acessar o histórico da Taxa SELIC. Desde 1996, o órgão publica o número e data da reunião do COPOM, período de vigência para a meta, a meta propriamente dita, bem como as taxas efetivamente realizadas.

De acordo com a Quadro 7, pode-se observar o resultado das mais recentes decisões monetárias, no período do ano de 2019 até 2020. Como o ano ainda não encerrou, faltou a taxa da última reunião do COPOM do ano de 2020.

Quadro 7 - Valores Históricos da Taxa SELIC (2019) e (2020).

DATA DA REUNIÃO DO COPOM	PERÍODO DE VIGÊNCIA	META DA SELIC % A.A.
28/10/2020	29/10/2020 – a definir	2%
16/09/2020	17/09/2020 - 28/10/2020	2%
05/08/2020	06/08/2020 - 16/09/2020	2%
17/06/2020	18/06/2020 - 05/08/2020	2,25%
06/05/2020	07/05/2020 - 17/06/2020	3%
18/03/2020	19/03/2020 - 06/05/2020	3,75%
05/02/2020	06/02/2020 - 18/03/2020	4,25%
11/12/2019	12/12/2019 - 05/02/2020	4,5%
30/10/2019	31/10/2019 - 11/12/2019	5%
18/09/2019	19/09/2019 - 30/10/2019	5,5%
31/07/2019	01/08/2019 - 18/09/2019	6%
19/06/2019	21/06/2019 - 31/07/2019	6,5%
08/05/2019	09/05/2019 - 20/06/2019	6,5%
20/03/2019	21/03/2019 - 08/05/2019	6,5%
06/02/2019	07/02/2019 - 20/03/2019	6,5%

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil, (2020).

Ao observar o Quadro 7, pode-se destacar que o ano de 2019 manteve uma média na sua taxa de juros SELIC, ficando entre 4,5 a mais baixa e 6,5 a mais alta. Já no ano de 2020, nota-se que nos meses de fevereiro e março a taxa manteve a do ano passado. Mas devido à pandemia do coronavírus, a SELIC obteve quedas, até chegar a menor taxa histórica, 2% a.a.

Em meio à crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus, o Banco Central diminuiu os juros básicos da economia. Em agosto de 2020, por exemplo, ela ficou definida em 2% ao ano e se manteve assim até a última reunião

Ao analisar o Gráfico 4, percebe-se que a taxa de juros em janeiro de 2017 era de 13%, já em outubro a taxa caiu para 7%, no ano de 2018, a taxa básica de juros em fevereiro ficou com 6,75% e até maio de 2019 ela se manteve em 6,5%. Depois disso, só obtiveram reduções, outubro de 2019 fechou com 5% e o ano de 2020 começou com 4,25%, até cair para 2%. As projeções para os próximos anos são de que a SELIC volte a crescer.

O Banco Central realiza projeções para a taxa SELIC periodicamente através do relatório Focus. Segundo a publicação de outubro (2020), a expectativa é que a taxa básica de juros volte a subir.

Ainda de acordo com os dados do relatório Focus (2020) do mês de outubro de 2020, a meta da SELIC para os próximos anos será de:

- **2021:** 2,75% a.a.
- **2022:** 4,50% a.a.
- **2023:** 6,00% a.a.

Apesar de ser muito assertivo, vale observar que o relatório Focus é uma projeção realizada pelo Banco Central. Além disso, a análise pode ser alterada a cada nova publicação. Mas, no geral, percebe-se que há uma expectativa de aumento da taxa SELIC para os próximos anos.

4.2.3 Inflação

Esta seção analisa o regime de metas de inflação e, particularmente, descreve o caso brasileiro. Para tanto, faz inicialmente uma apresentação dos objetivos e aspectos operacionais do regime de metas de inflação para, em seguida, descrever as metas do regime brasileiro. Analisa ainda, o assunto tendo como base algumas referências com anos anteriores, comparando-as com a pandemia do coronavírus no ano de 2020.

Segundo Carvalho *et al* (2007), o regime de metas de inflação, que foi implementado em vários países a partir da década de 1990, tem como ponto de partida o reconhecimento explícito de que o objetivo da política monetária é a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável. Em outras palavras, está

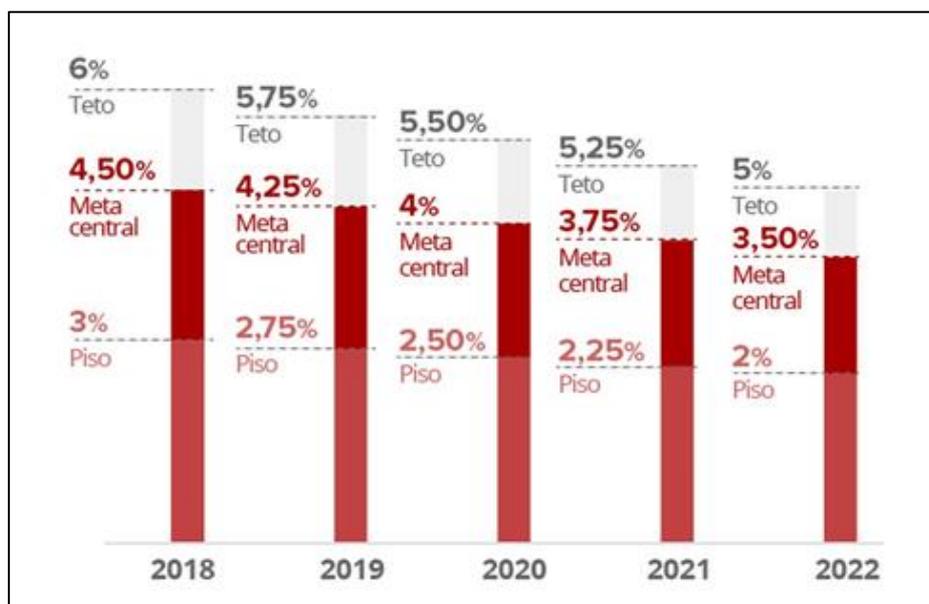
implícito o compromisso institucional da busca de estabilidade como o objetivo permanente da política monetária. A meta para a inflação no Brasil é definida com três anos de antecedência, assim como a margem de tolerância, trazendo como objetivo reduzir as incertezas e melhorar a capacidade de planejamento das famílias, das empresas e do governo.

A inflação é uma situação de aumentos contínuos e generalizados dos preços de bens e serviços em uma economia. É um fenômeno que reside no fato de afetar indistintamente todas as pessoas, de todas as classes sociais. Logo, o controle da inflação torna-se uma das principais preocupações do governo.

O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços. O IPCA, considerado o oficial pelo Governo Federal. O IPCA engloba uma parcela maior da população. Ele aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos. O INPC verifica a variação do custo de vida médio apenas de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos. Esses grupos são mais sensíveis às variações de preços, pois tendem a gastar todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamentos e transporte. (IBGE, 2020).

A seguir tem-se a Figura 1, que demonstra-se as projeções dos resultados das metas de inflação nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Figura 1 - Limites de Inflação



Fonte: Gonçalves G1 *apud* Conselho Monetário Nacional (2020).

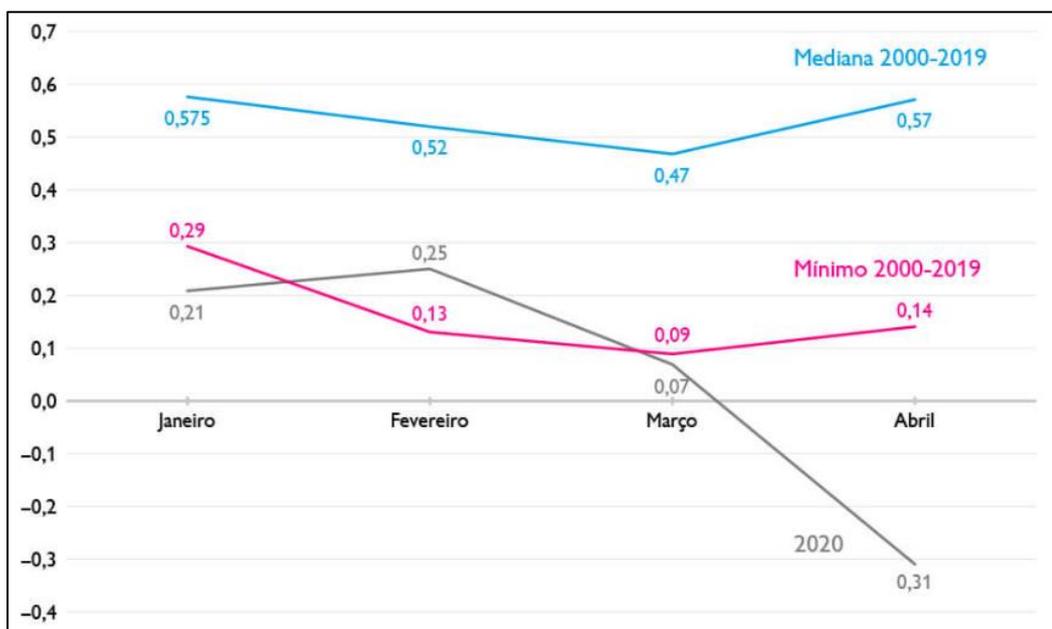
Ao observar a Figura 1, nota-se que além do centro da meta, é definida uma margem de variação para a inflação. Em 2018, por exemplo, a meta de inflação era de 4,5%. Isso quer dizer que o governo entende que o melhor para a economia é que os preços subam, em média, 4,5%. Tem ainda a margem de tolerância, de 1,5 pontos para cima ou para baixo. Então, o piso da meta é de 3% e o teto, de 6%.

Devido à pandemia de COVID-19, a economia está em queda, com menor demanda por produtos e serviços. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central do governo para o IPCA, de 4%, e do piso do sistema de metas, que é de 2,5%. O Banco Central reduziu os juros, com o objetivo de aumentar o consumo das famílias e esse aquecimento da demanda tem o efeito de puxar os preços para cima.

Segundo Gerbelli e Trevizan (2018), a política monetária é a principal ferramenta para fazer com que a meta de inflação seja cumprida. Para isso, o Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central, se reúne periodicamente para decidir se reduz, mantém ou sobe os juros básicos da economia, a taxa SELIC.

Conforme o Gráfico 5, a inflação mensal de janeiro até abril de 2020 (linha cinza), exhibe também o comportamento da inflação nesses mesmos meses de 2000 a 2019. A linha azul traz a mediana da inflação desses meses no período em questão. A linha rosa indica os menores valores registrados para esses meses.

Gráfico 5 - Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (% ao mês)



Fonte: IPEA DATA *apud* Rodrigues (2020).

Nota-se que ao observar o Gráfico 5, a inflação em todos os meses de 2020 está bem abaixo da mediana. Na verdade, está próxima dos menores valores da série. Em janeiro e abril, está abaixo do mínimo, ou seja, nesses meses a inflação é menor do que a registrada no mesmo período de 2000 a 2019.

O IBGE disponibiliza os valores para o IPCA do mês, analisado no mês anterior, apresentando também o acumulado dentro do ano e o dos últimos 12 meses. Os dados do Quadro 8 a seguir representam as taxas de inflação de outubro e setembro de 2020 e outubro de 2019:

Quadro 8 - IPCA 2020

PERÍODO	TAXA
Outubro / 2020	0,86%
Setembro / 2020	0,64%
Outubro / 2019	0,10%
Acumulado no ano	2,22%
Acumulado em 12 meses	3,92%

Fonte: Adaptado de IBGE, (2020).

Analisando o Quadro 8, percebe-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro subiu 0,86%, ficando 0,22 ponto percentual (p.p.) acima dos 0,64% de setembro. Esse é o maior resultado para um mês de outubro desde 2002 (1,31%). No ano, o indicador acumula alta de 2,22% e, em 12 meses, de 3,92%, acima dos 3,14% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em outubro de 2019, a variação havia sido de 0,10%. IBGE (2020).

O IPCA/IBGE mede a variação dos custos dos gastos no período do primeiro ao último dia de cada mês de referência. No período do dia onze ao dia vinte do mês seguinte o IBGE divulga as variações. No intuito de compreender e analisar os tipos de gastos que o IPCA/IBGE calcula, analisou-se a classificação da ponderação das despesas das pessoas para se verificar a variação dos custos, conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Despesa das Pessoas

TIPO DE GASTO	PESO % DO GASTO
Alimentação	25,21
Transportes e comunicação	18,77
Despesas pessoais	15,68
Vestuário	12,49
Habitação	10,91
Saúde e cuidados pessoais	8,85
Artigos de residência	8,09
Total	100,00

Fonte: Adaptado do IBGE, (2020).

O Quadro 9 faz referência ao cálculo do IBGE, tendo como finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias abertas. Sendo assim, os setores de alimentação e transporte/comunicação são os que mais afetam as despesas das famílias, por ser algo necessário na vida das pessoas e não supérfluo.

O Quadro 10 a seguir traz variação e impacto por grupos. A maior variação e o maior impacto no índice do mês vieram do grupo alimentação e bebidas, que desacelerou em relação a setembro. Houve altas em outros sete grupos. O segundo maior impacto veio dos transportes, enquanto a segunda maior variação veio dos artigos de residência, que contribuíram com 0,06 p.p. no resultado geral. Outro destaque no lado das altas foi o grupo vestuário, que acelerou frente a setembro. (IBGE, 2020).

Quadro 10 - IPCA - Variação e Impacto por grupos - mensal

GRUPO	VARIÇÃO (%)		IMPACTO (P.P.)	
	SETEMBRO	OUTUBRO	SETEMBRO	OUTUBRO
Índice Geral	0,64	0,86	0,64	0,86
Alimentação e bebidas	2,28	1,93	0,46	0,39
Habitação	0,37	0,36	0,06	0,05
Artigos de residência	1,00	1,53	0,04	0,06
Vestuário	0,37	1,11	0,02	0,05
Transportes	0,70	1,19	0,14	0,24
Saúde e cuidados pessoais	-0,64	0,28	-0,09	0,04
Despesas pessoais	0,09	0,19	0,01	0,02
Educação	-0,09	-0,04	-0,01	0,00
Comunicação	0,15	0,21	0,01	0,01

Fonte: Adaptado do IBGE, (2020).

A desaceleração observada no grupo alimentação e bebidas (1,93%) ocorreram principalmente em função de altas menos intensas em alguns alimentos para consumo no domicílio (2,57%), como o arroz (13,36%) e o óleo de soja (17,44%). As variações no mês anterior haviam sido de 17,98% e 27,54%, respectivamente. (IBGE, 2020).

Em Habitação (0,36%), o maior impacto no índice do mês (0,01 p.p.) veio do gás de botijão (1,27%). O resultado da energia elétrica, por sua vez, ficou em 0,03%, com as áreas variando entre os -2,71% de São Luís até o 1,55% de Porto Alegre. (IBGE, 2020).

A segunda maior variação em outubro veio dos artigos de residência (1,53%), cuja alta foi influenciada, principalmente, pelos eletrodomésticos e equipamentos (2,38%), que aceleraram frente a setembro (0,47%) e contribuíram com 0,02 p.p. no índice do mês. Também houve aceleração nos itens cama, mesa e banho (de 0,82% para 1,92%), mobiliário (de 1,10% para 1,55%), consertos e manutenção (de 0,47% para 1,30%) e utensílios e enfeites (de 0,46% para 0,72%). Os preços dos artigos de tv, som e informática (1,07%) também subiram, mas desaceleraram frente a setembro (1,99%). (IBGE, 2020).

O grupo Vestuário (1,11%) teve alta pelo segundo mês consecutivo, acelerando em relação a setembro (0,37%). As joias e bijuterias subiram 1,98% e acumulam no ano alta de 13,66%. Os preços das roupas masculinas (1,76%), femininas (0,79%) e infantis (1,00%) também subiram, bem como os dos calçados

e acessórios (0,78%). (IBGE, 2020).

No grupo dos Transportes (1,19%), a maior variação veio das passagens aéreas (39,83%), que contribuíram com 0,12 p.p. no IPCA de outubro, maior impacto individual no índice do mês. A segunda maior contribuição no grupo (0,04 p.p.) veio da gasolina, cujos preços subiram 0,85%, desacelerando em relação à alta de 1,95% observada no mês anterior. Outro destaque foi o seguro voluntário de veículo, com aumento de 2,21%, após sete meses consecutivos de quedas. Os demais grupos ficaram entre a queda de 0,04% em Educação e a alta de 0,36% em Habitação. (IBGE, 2020).

Nesse momento, ao analisar o cenário e os efeitos da pandemia para a economia, como a política monetária pode encarar esse problema, tem-se o cenário de inflação muito baixa, mas ao mesmo tempo uma incerteza ao lado dos consumidores e das empresas. Alguns indicadores foram muito comemorados pelo Ministério da Economia e pela equipe econômica que mostravam alguma reação na atividade econômica real, especialmente na indústria. No entanto de qualquer forma, o cenário daqui para frente terá modificações, principalmente no início do ano que vem no poder de compras das famílias, tudo isso gera uma incerteza muito grande.

4.2.4 PIB

O PIB¹¹ é o principal medidor do crescimento da economia de uma cidade, região, estado, país, ou grupo de nações. O cálculo é feito com base nos valores de todos os serviços e bens produzidos dentro de uma região definida e em um determinado período. O cálculo do PIB foi criado por Simon Kuznets próximo dos anos 1930, período chamado Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de mensurar o quanto uma nação economicamente rica. Nos dias de hoje, o PIB continua com sua hegemonia tal que ainda é o principal indicador do crescimento econômico dos países. (CZIMIKOSKI, 2015).

A principal fórmula para o cálculo do PIB é a soma do consumo privado (C), investimento total feito na região, estado ou país (I), gastos do governo (G) e

¹¹ PIB: Produto Interno Bruto refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país. SANDRONI (2008).

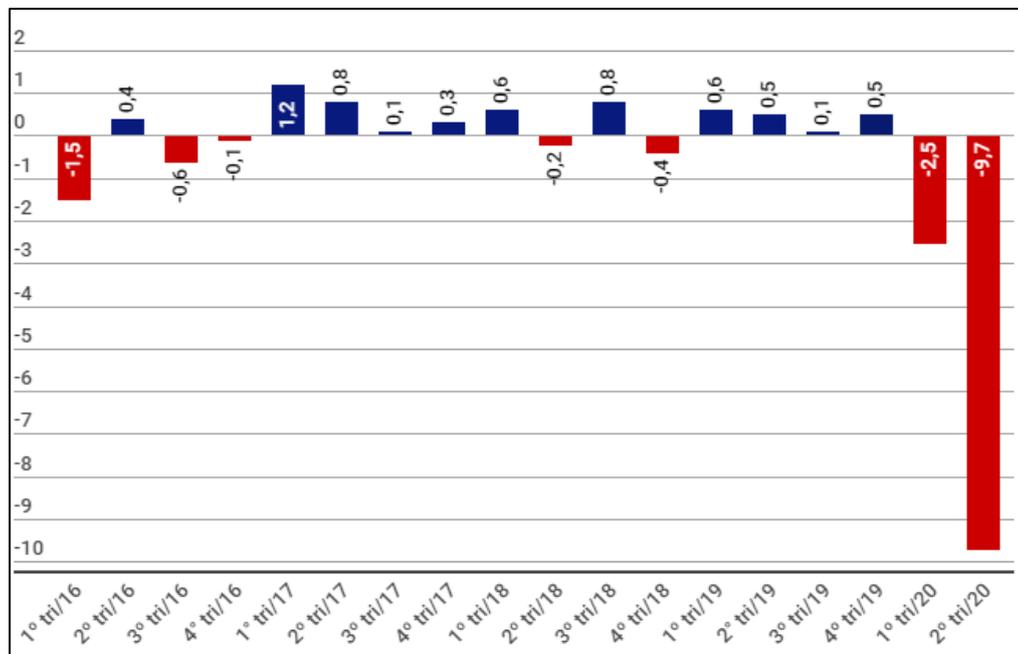
exportações (X) deduzidas das importações (M); em suma $PIB=C+I+G+(X-I)$. São contabilizadas produção industrial, agropecuária, serviços, consumo das famílias, gastos do governo, investimento das empresas e balança comercial. (CZIMIKOSKI, 2015).

A pandemia da COVID-19 comoveu profundamente a trajetória esperada para a economia brasileira ao longo de 2020 e de 2021. Persiste um elevado grau de incerteza quanto ao ritmo de disseminação do coronavírus no país e à magnitude e à extensão das medidas de isolamento social requeridas para atenuar seus impactos adversos na população.

A economia brasileira sofreu uma queda histórica no segundo trimestre de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus. O PIB (Produto Interno Bruto) recuou 9,7% em relação ao primeiro trimestre do ano. O número foi divulgado pelo IBGE (2020).

No Gráfico 6, pode-se notar que foi realizado um comparativo com os trimestres de 2016 até 2020. O PIB aponta se a atividade econômica expandiu, encolheu ou se manteve igual na comparação com outros momentos.

Gráfico 6 - O PIB do Brasil, trimestre a trimestre.



Fonte: Quintino, (2020).

Ao observar o Gráfico 6, nota-se que a economia brasileira sofreu uma queda histórica no segundo trimestre de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus. O PIB (Produto Interno Bruto) recuou 9,7% em relação ao primeiro trimestre do ano.

Na série histórica do IBGE, iniciada em 1996, nunca houve um trimestre tão ruim quanto o segundo de 2020. Antes dele, o pior período registrado havia sido o final de 2008, quando o PIB caiu 3,8%, acompanhando o movimento internacional em meio à crise financeira global. A crise da pandemia do novo coronavírus atingiu uma economia brasileira ainda frágil, que não havia se recuperado plenamente da recessão de 2014 a 2016. Com o resultado do PIB do segundo trimestre de 2020, a economia brasileira voltou ao patamar de 2009, perdendo todo o crescimento da década de 2010. (ROUBICEK, 2020).

Segundo o IBGE (2020), no 1º semestre de 2020, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período de 2019. O Quadro 11 apresenta os indicadores do PIB no ano de 2020.

Quadro 11 - Indicadores do PIB 2020

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	INDICADORES						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-9,7%	0,4%	-12,3%	-9,7%	-15,4%	-12,5%	-8,8%
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-11,4%	1,2%	-12,7%	-11,2%	-15,2%	-13,5%	-8,6%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-2,2%	1,5%	-2,5%	-2,2%	-2,1%	-2,5%	-2,4%
Valores correntes no 2º trimestre (R\$)	1,7 trilhão	125,4 bilhões	287,5 bilhões	1,1 trilhão	247,5 bilhões	1,0 trilhão	370,2 bilhões

Fonte: Adaptado do IBGE, (2020), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2020).

Ao observar os valores do Quadro 11, pode-se destacar que no 2º trimestre de 2020 houve desempenho positivo para a Agropecuária (0,4%), quedas na Indústria (-12,3%), nos Serviços (-9,7%). Entre as atividades industriais, destacam-

se as quedas nas Indústrias de Transformação (-17,5%), na Construção (-5,7%), na atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-4,4%) e nas Indústrias Extrativas (-1,1%). Já as Exportações de Bens e Serviços cresceram 1,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram 13,2% em relação ao primeiro trimestre de 2020. (IBGE, 2020). Esses dados são explicitados pelo IBGE:

Nos Serviços, os resultados negativos foram: Outras atividades de serviços (-19,8%), Transporte, armazenagem e correio (-19,3%), Comércio (-13,0%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-7,6%), Informação e comunicação (-3,0%). Por outro lado, houve resultado positivo nas Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,8%) e nas Atividades imobiliárias (0,5%). Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (-15,4%), a Despesa de Consumo das Famílias (-12,5%) e a Despesa de Consumo do Governo (-8,8%) caíram em relação ao trimestre imediatamente anterior. (IBGE, 2020, [s.p.]).

A seguir, tem-se o Quadro 12, na que demonstra a comparação do PIB nos trimestres de 2019 com os trimestres de 2020. Como o ano ainda não acabou, 2020 ficou apenas com dois trimestres, faltando o III e IV.

Quadro 12 - Principais resultados do PIB a preços de mercado do 2º Trimestre de 2019 ao 2º Trimestre de 2020 (%)

TAXAS (%)	2019. II	2019. III	2019. IV	2020. I	2020. II
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	0,8	1,0	1,1	-0,3	-5,9
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	1,1	1,0	1,1	0,9	-2,2
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	1,1	1,2	1,7	-0,3	-11,4
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,5	0,1	0,5	-2,5	-9,7

Fonte: Adaptado de IBGE, (2020).

Como pode ser observado através do Quadro 12, o PIB no 1º semestre de 2020 caiu 5,9% em relação a igual período de 2019. O ano de 2019 marcou um crescimento durante os 4 trimestres do ano, fechando o quarto trimestre em (1,1%). Já o ano de 2020, obteve uma queda no primeiro trimestre do ano, seguiu caindo no segundo trimestre, até chegar ao percentual de (-5,9%). Nessa base de comparação, houve desempenho positivo para a Agropecuária (1,6%). Na Indústria (-6,5%) e nos Serviços (-5,9%) o desempenho foi negativo. (IBGE, 2020).

No acumulado em quatro trimestres terminados em junho de 2020, o PIB tem queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Essa taxa resultou do recuo de 2,1% do Valor Adicionado a preços básicos e de 3,0% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado nesse tipo de comparação decorreu dos seguintes desempenhos: Agropecuária (1,5%), Indústria (-2,5%) e Serviços (-2,2%). (IBGE, 2020).

Comparado a igual período de 2019, o PIB caiu 11,4% no segundo trimestre de 2020, sendo essa a maior contração trimestral registrada na série histórica, iniciada em 1996, para essa base de comparação. O Valor Adicionado a preços básicos teve queda de 10,8% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios recuaram em 15,6%. (IBGE, 2020).

Os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 sobre a economia mundial e brasileira traduziram-se em grandes modificações na estrutura na taxa de câmbio. O câmbio tem papel fundamental na formação de todos os preços da economia e na relação de trocas entre o Brasil e o exterior. De fevereiro a junho de 2020, o dólar passou de R\$ 4,20 para R\$ 5,30. Remédios, insumos agrícolas, matérias-primas e industriais estão cada vez mais impactados pela valorização do dólar. É verdade que quem está ganhando neste momento é o exportador, mas essa valorização do dólar está tendo reflexo no comportamento da inflação de custo. (BORTOT, 2020).

4.3 SITUAÇÃO MACROECONÔMICA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM 2020

O ano de 2020 começou diferente, o Ministério da Economia que vinha trabalhando com a reforma da previdência e reforma tributária, teve que parar para atuar somente em medidas emergenciais no combate à pandemia do coronavírus.

Diariamente, o Governo Federal lança medidas para diminuir os efeitos do novo vírus na vida dos brasileiros. Durante o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser a proteção da vida e da saúde das pessoas, bem como a preservação de empregos, renda e empresas.

O Quadro 13 mostra os principais gastos da União no enfrentamento à COVID-19, com destaque para ampliação do programa bolsa família; auxílio emergencial à população carente e aos trabalhadores informais; benefício

emergencial de manutenção do emprego e da renda; despesas adicionais com ações de saúde; e ampliação de recursos e transferências a estados e municípios.

Quadro 13 - Gastos da União no enfrentamento à COVID-19 (Em R\$ bilhões)

GATOS DA UNIÃO	GATOS PREVISTOS	DESPESAS PAGAS (ATÉ 17/11/2020)
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	322,00	257,14
Ampliação do Programa Bolsa Família	3,04	0,37
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51,55	29,39
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF	79,19	78,24
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	10,88	10,88
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,90	0,90
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	47,90	47,90
Financiamento da Infraestrutura Turística	5	0,77
Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Maquininhas	10	5
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	51,17	39,65
Total	581,63	470,35

Fonte: Adaptado de Tesouro Transparente; Secretaria do Tesouro Nacional (STN), (2020).

As receitas públicas também caíram substancialmente em decorrência da queda da atividade econômica; das reduções e desonerações temporárias de impostos e contribuições sobre bens necessários ao combate da pandemia, da suspensão de pagamentos de dívidas previdenciárias e dos diferimentos de pagamentos de impostos, que visam atenuar a situação financeira das empresas. (IPEA, 2020).

Tanto pelo lado da despesa como pelo lado da receita, portanto, a resposta de política à crise da COVID-19 ensejou significativo aumento do *deficit* primário e da dívida pública, posto que o rombo adicional nas contas públicas deverá ser financiado predominantemente via endividamento. (IPEA, 2020).

Assim, o Ministério da Economia (2020) lançou um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e à economia, muitas das quais envolvem

um custo fiscal significativo, tanto pelo lado da despesa como pelo lado da receita. Abaixo segue algumas medidas adotadas pelo governo brasileiro durante o ano de 2020, baseado em Ministério da Economia (2020).

- para dar mais capital de giro para as empresas, o governo suspendeu por três meses o prazo para empresas pagarem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- liberou mais R\$ 5 bilhões de crédito para as micro e pequenas empresas pelo Programa de Geração de Renda (Proger), mantido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A quantia foi repassada aos bancos públicos para que eles concedam empréstimos voltados à capital de giro das micro e pequenas empresas;
- o governo antecipou a segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para o mês de maio. Antes, já havia anunciado que a primeira parcela seria antecipada para abril;
- para movimentar a economia, foram transferidos valores não sacados do PIS/Pasep para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para permitir novos saques;
- para reforçar a Saúde, o governo destinou o saldo do fundo do DPVAT para o Sistema Único de Saúde (são mais R\$ 4,5 bilhões);
- o governo cortou temporariamente o IPI para bens produzidos internamente ou importados, que sejam necessários ao combate da COVID-19;
- a taxa de juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passará dos atuais 2,08% ao mês para 1,80% ao mês, enquanto a taxa para o cartão de crédito será reduzida de 3% ao mês para 2,70% ao mês;
- o governo pediu ao Congresso Nacional para declarar Estado de Calamidade para que o governo possa gastar mais recursos para garantir a saúde e o emprego dos brasileiros. Com isso, o Ministério da Economia poderá reavaliar a meta de resultado primário de 2020;
- Reduziram-se a zero as alíquotas de importação de produtos de uso médico-hospitalar; Para isso, a Camex zerou o Imposto de Importação de 50 produtos para o combate ao coronavírus. A Resolução abrange desde luvas,

máscaras e álcool etílico até respiradores, para facilitar o atendimento da população e minimizar os impactos econômicos da pandemia;

- todos os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos e tiverem redução salarial e de jornada receberão uma antecipação de 25% do que receberiam mensalmente caso solicitassem o benefício do seguro-desemprego. A medida vai beneficiar mais de 11 milhões de trabalhadores em todo o Brasil; Instrumento legal: Medida Provisória ou Projeto de Lei;
- em função da seriedade da pandemia da COVID-19 (coronavírus), o atendimento do INSS será realizado prioritariamente por meio dos canais remotos, como a Central 135 e o aplicativo Meu INSS. O objetivo é reduzir riscos de exposição da população, de modo a evitar o deslocamento até as agências;
- o governo zerou as tarifas de importação de mais 61 produtos farmacêuticos e médico-hospitalares utilizados no combate à COVID-19 até 30 de setembro deste ano;
- Governo Federal e a Câmara dos Deputados anunciaram a ampliação para R\$ 600 o valor do auxílio emergencial voltado para trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs) que integrem famílias de baixa renda. A medida vai beneficiar mais de 24 milhões de brasileiros;
- a Caixa também adiou o pagamento das parcelas de quem tem financiamento imobiliário, por três meses, beneficiando 800 mil famílias.

Portanto, para evitar os impactos econômicos e a recessão na economia, o Estado precisa atuar de forma rápida e eficiente para evitar um colapso social da população. Aumentar dívida pública para solucionar baixa demanda agregada, baixo investimento, nível alto de desemprego, não é problema porque, no futuro, isso pode significar aumento do PIB, diminuição do desemprego e aumento da arrecadação. Isto é o que o economista John Maynard Keynes propôs quando ele escreveu, no final dos anos 30, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema o estudo da função do Estado em épocas de crises econômicas e ainda fez um comparativo com a função do governo atual no combate a crise da COVID-19, no ano de 2020. Esta pesquisa teve como objetivo mostrar o impacto da crise na economia brasileira. Nos meses de fevereiro a março de 2020, foram observados os primeiros sinais de redução da atividade econômica, como consequência das medidas de isolamento e distanciamento social promovidas nos outros países e iniciadas no Brasil.

O segundo período, de abril a julho de 2020, foi marcado pela ampliação da recessão econômica devido ao avanço do coronavírus em todo o território nacional. Para conter os efeitos da crise econômica no país, o governo ampliou as linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas para a gestão de caixa, adotou a medida do auxílio emergencial e a flexibilização de regras para o programa de benefício de prestação continuada. Contudo, não é possível prever qual é o limite orçamentário necessário para amenizar os impactos econômicos negativos da pandemia, contando que ainda pode-se prever uma segunda onda do vírus.

A pandemia causou uma redução notável e instantânea da demanda global, as pessoas ficaram em pânico, se recolheram, deixaram de gastar. Simultaneamente, teve uma queda notável também na oferta global. É um fenômeno muito raro de acontecer. A queda simultânea de oferta global e demanda global produz o que está-se vivendo, uma recessão profunda, e com grandes forças deflacionárias.

Ademais, o objetivo geral foi alcançado. O mesmo propôs estudar as principais funções do Estado nos aspectos macroeconômicos da crise mundial, verificando os impactos na economia brasileira. Com o estudo pôde-se atestar algumas conclusões, o Estado agiu em prol da necessidade de gastar com saúde, apoiar os informais e desempregados. Foram medidas emergenciais que não estavam no plano do governo, apesar da necessidade de se gastar mais nesse momento, não deve-se abrir mão da responsabilidade fiscal. Isso reforça a necessidade de uma posição eficiente do Estado, que envolve a criação de um ambiente melhor para o setor privado, mas também a eliminação de despesas que não condizem com as necessidades da sociedade.

No início do mandato do governo Jair Bolsonaro, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, se demonstrou um pensador liberal seguido pelas Escolas de Chicago e Neoclassicismo, no qual já trazia algumas influências da sua formação na Universidade de Chicago dos EUA. Com isso as perspectivas para o ano de 2020 eram boas para a autora, trazendo a reforma da previdência e a reforma tributária como propostas para amenizar os gastos do governo. Entretanto, isso ainda não ocorreu, pois o governo precisou adotar medidas econômicas de emergência no combate a crise da COVID-19.

O atual cenário econômico (pré-crise) endossava uma crescente envergadura política ao pensamento neoliberal dentro dos neoclássicos, mas ainda o Brasil necessita fazer muitas reformas, por isso, o país durante a crise teve que utilizar ferramentas de intervenção do Estado na economia, utilizando-se assim, o pensamento de Keynes. O Keynesianismo ganha poder no intervencionismo em momento em que a economia é atacada por uma variável exógena em momento de pandemia. Vale ressaltar que a intervenção é pontual, ou seja, de curto prazo, não se tem uma noção de quanto tempo ela ainda irá durar.

Acredita-se que a intervenção do governo durante a pandemia é um direito moral e não um desejo. É preciso produzir um sistema de sustentação mínima durante o período que se está vivendo, e instituir junto com esse programa de renda mínima um mecanismo de progressão. O cidadão precisa voltar a conquistar seus direitos trabalhando. Acontece que a população não está trabalhando porque não pode, porque não há demanda. É contra isso que o governo está agindo, e vai ter que agir. Entretanto, as medidas adotadas pelo governo precisam caber no orçamento público.

Quanto ao problema da pesquisa, que visou identificar os efeitos da crise do coronavírus sobre os níveis de emprego e renda no Brasil, vale destacar que a queda de emprego foi generalizada e atingiu praticamente todos os setores da economia, em especial a indústria e o setor de serviços. Evidencia-se, assim, que a pandemia do coronavírus, de fato, destruiu mais ocupações no mercado de trabalho informal da economia. Em especial, essa forte queda do emprego em ocupações informais está relacionada à redução da população ocupada que trabalha por conta própria e principalmente os que trabalham sem carteira de trabalho assinada.

Segundo os autores Clássicos, o desemprego é classificado como sendo voluntário ou ficcional, o mercado é visto em uma concorrência perfeita. Assim, a remuneração do fator trabalho (o salário real) é igual à sua produtividade marginal. A oferta iguala a demanda nesse mercado, determinando a quantidade e preço (salário real) de equilíbrio, em que se exclui desse modo a existência do desemprego involuntário. Isso pode ser interpretado em um mercado que as condições técnicas e a quantidade de meios de produção não mudam e em que o produto marginal diminui com o aumento do emprego.

Um aspecto importante para determinar a visão da Escola Clássica sobre o desemprego é a sua aceitação da Lei de Say. Se toda oferta gera a sua procura e se o mercado de trabalho é um mercado como outro qualquer, a oferta de trabalho também será igual à demanda por trabalho. Dessa forma, as forças de mercado conduziriam o mesmo para o pleno emprego.

O economista John Maynard Keynes, rompeu com esse pensamento Clássico. Na década da crise econômica de 1929, Keynes percebeu que existe sim emprego involuntário. Uma primeira ruptura é a ideia de que os salários reais não seriam determinados pelo equilíbrio de oferta e demanda de mão de obra. O equilíbrio no mercado de trabalho determinaria, na verdade, os salários nominais.

Dessa forma, o desemprego involuntário existe em Keynes, independentemente de haver flexibilidade no mercado de trabalho. Hoje observa-se na economia atual o desemprego involuntário no qual chama-se de desemprego cíclico, que é possível de ser amenizado pela intervenção do governo na economia. Porém em momentos de crise salários nominais são mais explorados do que salários reais pelos trabalhadores, visto que muitos brasileiros não se enquadram na categoria desempregados voluntários.

Dentro da linha de pensamento Marxista pode-se ainda adicionar a questão de que o aumento de desempregados é conhecido como um exército de reserva. Isso poderia conduzir a um achatamento dos salários reais num médio prazo.

Por outro lado, o aumento do endividamento foi para atender à demanda da pandemia. Em 2019 o endividamento foi de 75% do PIB para 95% em poucos meses. O governo estava, de fato, cumprindo com o seu dever moral, que era tentar minimizar o número de óbitos. Não teve sucesso no combate à pandemia, mas em manter o nível de atividade econômica e atender à distribuição de renda necessária para manter o sistema funcionando obteve sucesso.

Os objetivos específicos foram atingidos, de forma que contiveram todas as informações no trabalho. Foi abordado sobre a economia do setor público, conceituadas as crises econômicas, feito comparativo da função do Estado em diferentes escolas de pensamento econômico, verificaram-se efeitos socioeconômicos que a pandemia do coronavírus causou na economia do Brasil. E por fim, analisou-se o comportamento das principais variáveis macroeconômicas do Brasil.

O presente estudo apresentou limitações na conclusão do mesmo, por se tratar de um assunto recente, pois não tiveram muitas informações bibliográficas e as informações obtidas foram todas de curto prazo. Por outro lado, os sites oficiais do governo ajudaram a concluir o estudo. Esta monografia pode servir de base para elaboração de futuros artigos acadêmicos, e uma possível continuação de um trabalho de conclusão de curso. É possível utilizar como base as informações de curto prazo de 2020, realizando-se assim um aprofundamento teórico e análise mais complexa dos índices e fundamentos macroeconômicos.

Hoje vive-se em uma economia mista, onde nem a mão invisível de Adam Smith nem o punho invisível do governo de Samuelson predominam. Assim, nas palavras de Peter Evans (1993), “(...) o debate estéril sobre o ‘quanto’ o Estado intervém deve ser substituído por argumentos sobre os diferentes tipos de envolvimento do Estado na sociedade e seus efeitos. A questão adequada não se refere a ‘quanto’ o Estado intervém, mas sim ‘que tipo’ de intervenção ocorre e quais suas consequências”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Waldon Volpiceli. **Uma Breve história das crises econômicas.** BLOGBOOKS, São Paulo, 2011.

ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil.** 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira.** São Paulo: Alínea, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Cambial.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>> [s.da]. Acesso em 24 de abril de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa SELIC.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaSELIC>> [s.db]. Acesso em 02. Novembro 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. 2020. Acesso em 02. Novembro 2020.

BARBOSA, Fernando de Holanda. [s.d]. **Política monetária: instrumentos, objetivos e a experiência brasileira.** Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176658/mod_resource/content/1/Polimon e.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176658/mod_resource/content/1/Polimon_e.pdf)>. Acesso em 27. Maio de 2020.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

BARRETO, Clara. **OMS declara doença pelo novo coronavírus como pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/oms-declara-doenca-pelo-novo-coronavirus-como-pandemia/>>. Acesso em 11 de maio de 2020.

BATISTA, Vera. **Taxa de desemprego sobe a 13,3% no trimestre até junho, diz IBGE.** 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/08/06/internas_economia,878933/taxa-de-desemprego-sobe-a-13-3-no-trimestre-ate-junho-diz-ibge.shtml#:~:text=Com%20os%20efeitos%20da%20pandemia,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20\(Pnad%20Cont%C3%ADnua\)%2C](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/08/06/internas_economia,878933/taxa-de-desemprego-sobe-a-13-3-no-trimestre-ate-junho-diz-ibge.shtml#:~:text=Com%20os%20efeitos%20da%20pandemia,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20(Pnad%20Cont%C3%ADnua)%2C)>. Acesso em 01. Novembro. 2020.

BERINGUY, Adriana. **Podcast - PNAD Contínua junho 2020 - Adriana Beringuy, analista da pesquisa.** 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=3980>. Acesso em 01. Novembro. 2020. BIDERMAN, CIRO; ARVATE, PAULO ROBERTO. **ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL**. 6ª REIMPRESSÃO. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2005.

BOLFE, Camila; SOUZA, Daniel Augusto de. **Política Fiscal sob a ótica tributária: correntes ideológicas e o cenário brasileiro.** 2010. Disponível em < http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Finan%C3%A7as%20e%20economia%20do%20setor%20p%C3%BAblico/POL%C3%8DTICA%20FISCAL%20S%20OB%20A%20%C3%93TICA%20TRIBUT%C3%81RIA.pdf > Acesso em 05.jun.2020.

BONA, André. **5 Grandes crises econômicas mundiais que abalaram o mundo.** 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/5-grandes-crisis-economicas-mundiais-que-abalaram-o-mundo/>. Acesso em: 10. Abr 2020.

BONA, André. **O que são a Escola Austríaca e a Escola de Chicago de Economia?** 2020. Disponível em: <<https://andrebona.com.br/o-que-sao-a-escola-austriaca-e-a-escola-de-chicago-de-economia/>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

BORTOT, Ivanir José. **Volatilidade cambial prejudica comércio exterior e pode refletir na inflação.** 2020. Disponível em: <https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/volatilidade-cambial-prejudica-comercio-exterior-e-pode-refletir-na-inflacao/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

BOSIGNOLI, Diego Oneto. **Análise de Políticas Anticíclicas com Aplicação a Economias não Emissoras de Moeda e Aumento de Arrecadação do Governo. Estudo do Caso Brasileiro do Século XX.** 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Desktop/Monografia%20n%C2%BA%20029%20-%202016_Formatada.pdf>. Acesso em 30. Maio 2020.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico.** Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BURNS, A. MITCHELL, W. C. **Measuring business cycles.** New York. National Bureau of Economic Research Inc. 1946.

CARVALHO. Fernando J. Cardim de Carvalho *et al.* **Economia Monetária e Financeira: Teoria e política.** 2ª.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CLARO, Maria. **Impactos socioeconômicos do coronavírus e de outras doenças no mundo e no Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/noticias/47698/artigo-impactos-socioeconomicos-do-coronavirus-e-de-outras-doencas-no-mundo-e-no-brasil/>>. Acesso em 01. Novembro. 2020.

COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA - COPOM. **234ª Reunião COPOM.** 2020. Disponível em: file:///C:/Users/u1tu3gx/Downloads/Copom234-not20201028234.pdf. Acesso em 24 de novembro de 2020.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN. **CMN define meta para a inflação em 3,5% para 2022.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/06/cmn-define-meta-para-a-inflacao-em-3-5-para-2022>. Acesso em 20. Novembro de 2020.

COSTA, Carlos Eugênio. **Notas de Economia do Setor Público.** 2010. Disponível em <<https://epge.fgv.br/we/Graduacao/FinancasPublicas/2010?action=AttachFile&do=get&target=Inrodu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 10. abr.2020.

CZIMIKOSKI, Fernando. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?** 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134839/Monografia%20do%20Fernando%20Czimikoski.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01. Novembro de 2020.

DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS. **PIB cresce 7,7% no 3º trimestre de 2020.** 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29579-pib-cresce-7-7-no-3-trimestre-de-2020>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

EQUIPE TORO INVESTIMENTOS. **O que é COPOM - Comitê de Política Monetária.** 2019. Disponível em: <<https://blog.toroinvestimentos.com.br/COPOM-o-que-e-comite-de-politica-monetaria>>. Acesso em: 02. Novembro 2020.

EVANS, Peter. **O estado como problema e solução.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 28, n. 29, p. 1–24, 1993.

FIGUEIRÊDO, Lízia. **O papel do Estado para Adam Smith.** 1997. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20110.pdf>> Acesso em 22. Maio 2020.

FOCUS. **Relatório de Mercado.** 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190517.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

G1 Economia *apud* Gonçalves. **CMN fixa meta de inflação de 2023 em 3,25%.** 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/25/cmn-fixa-meta-de-inflacao-de-2023-em-325percent.ghtml>. Acesso em 24. Outubro de 2020.

G1 Economia. **COPOM baixa juro básico para 3,75% ao ano em meio à crise do coronavírus.** 2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/18/COPOM-baixa-juro-basico-para-375percent-ao-ano-em-meio-a-crise-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 02. Novembro 2020.

GABARDO, Paulo Félix. **Crise econômica: interpretações marxistas.** 2007. Disponível em: <http://www.peteconomia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00006_crise.pdf>. Acesso em 22. Maio 2020.

GERBELLI, Luiz Guilherme; TREVIZAN, Karina. **Por que o Brasil tem meta de inflação e como ela funciona?.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/por-que-o-brasil-tem-meta-de-inflacao-e-como-ela-funciona.ghtml>>. Acesso em 28. Outubro de 2020.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil.** 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOULARTI, Juliano Giassi. **O papel do Estado na economia: Crítica a escola austríaca.** 2016. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-papel-do-estado-na-economia-critica-a-escola-austriaca/>>. Acesso em 31. Maio 2020.

GUERRA, Luis Antonio. **Distribuição de renda.** 2014. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/distribuicao-de-renda/#:~:text=Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda%20no%20Brasil&text=Na%20nossa%20hist%C3%B3ria%20recente%2C%20o%20consequente%20crescimento%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em 01. Junho 2020.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, nacionalismo, Estado.** 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em 02. Abril 2020.

HUNT, E. K; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico.** Tradução de Jaime Larry Benchimol. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNAD Contínua. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,8% e taxa de subutilização é de 30,1% no trimestre encerrado em julho de 2020.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28998-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-1-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2020#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es-,PNAD%20Cont%C3%ADnua%3A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20de%2013%2C8%25,encerrado%20em%20julho%20de%202020>>. Acesso em: 01. Novembro de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA.** 2020a. Disponível em: <http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html>. Acesso em 27. Outubro de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação.** 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#:~:text=O%20IPCA%20engloba%20uma%20parcela,1%20a%205%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos>>. Acesso em 01. Novembro de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB.** 2020c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 02 de Outubro de 2020.

IPEA, Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3737/1/LivroBrasil_em_desenvolvim ento_2010_v_1.pdf>. Acesso em 30. Maio 2020.

JOFFRE. Marcondes de Rezend. **EPIDEMIA, ENDEMIAS, PANDEMIA. EPIDEMIOLOGIA.** 1998. Disponível em: <<file:///C:/17199-Article%20Text-70301-1-10-20120210.pdf>>. Acesso em 24. Maio 2020.

MACEDO, Joel de Jesus. BRASÍL, Raphael Gomes. 2016. **Monopólio e o papel do estado: as concepções teóricas da escola austríaca.** Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Desktop/4626-Texto%20do%20artigo-16170-2-10-20170410.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELLO, Laís Lis e Alexandro. **COPOM decide manter juros básicos em 2% ao ano.** 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/28/COPOM-decide-manter-juros-basicos-em-2percent-ao-ano.ghtml>>. Acesso em 02. Novembro 2020.

MARTINS, João Pedro Cals Brügger. **As Interações entre a Política Monetária e o Mercado de Capitais.** 2007. Disponível em

<<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293719.pdf>>. Acesso em 22. Abr.2020.

MELLO, Alessandra. **Quais são as principais escolas da economia?** [s.d.] Disponível em: <<https://ead.catolica.edu.br/blog/principais-escolas-economia.>>. Acesso em 06. outubro 2020.

MINATELLI, Bruno Sócrates de Rezende. **O pensamento econômico ortodoxo e seus pressupostos ocultos por trás das políticas econômicas de combate à inflação e crise de balanço de pagamentos.** Disponível em: <<file:///C:/Users/casa/Desktop/Economia293748.pdf>>. Acesso em 24 de outubro 2020.

MING, Celso. **Políticas anticíclicas.** 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,politic-anticiclicas-imp-,1153971>>. Acesso em 30. Maio 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Confira as medidas tomadas pelo Ministério da Economia em função da COVID-19 (Coronavírus).** 2020. Disponível em: <http://antigo.economia.gov.br/Economia/noticias/2020/marco/confira-as-medidas-tomadas-pelo-ministerio-da-economia-em-funcao-do-COVID-19-coronavirus>. Acesso em: 23. Outubro de 2020.

MISES INSTITUTE. **A posição das escolas austríaca, de Chicago, keynesiana e marxista em 17 questões econômicas.** 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1349>>. Acesso em 31. Maio 2020.

MONTORO, André Franco Filho. Organizadores; Diva Benevides Pinho e Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos. **Manual de Economia.** 3ª Ed. São Paulo, 1998.

MOURA, Suyâne Letícia Bach Rosa de. **Sustentabilidade ambiental frente à evolução capitalista.** 2018. Disponível em: <<https://www.fahor.com.br/images/Documentos/Biblioteca/TFCs/Economia/2018/SuyaneLeticiaBachRosaDeMoura.pdf>>. Acesso em 09. Setembro 2020.

NOGAMI Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de Economia.** 7ª edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

NOGAMI, Otto. **Economia.** Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

NOVA FUTURA INVESTIMENTOS. **Políticas econômicas em tempos de crise.** 2020. Disponível em: <<https://www.novafutura.com.br/2020/04/politica-economica-em-tempos-de-crise.>>. Acesso em 23. Maio 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Matos. **A intervenção do Estado na economia regulada pela Constituição de 1988 – Uma análise da retórica liberal e uma crítica a partir e além da escola estruturalista.** 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area8/area8-artigo6.pdf>>. Acesso em 30. Maio 2020.

OLIVEIRA, Camila Mirella Santos de *et al.* [s.d.]. **Visão Neoclássica**. Disponível em: 0045.DEc.CCSA.MT.10.R.P.18 (2). Acesso em 20 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, G; PACHECO, M. **Mercado Financeiro: Objetivo e Profissional**. 1ª ed. São Paulo: Fundamento, 2006.

OLIVEIRA, Maxwel Ferreira. 2011. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2020.

OMAR, J. H. D. **O papel do governo na economia. Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 211-235, 2001.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **COVID-19**. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acesso em 30 de Março 2020.

PAULO, Edilson; MOTA, Renato Henrique Gurge. **Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras**. 2017. Disponível em: Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo (scielo.br). Acesso em 11. Novembro de 2020.

PERUCHETTI, Paulo, *et al.* **Por que a taxa de desemprego no Brasil não disparou mesmo com a pandemia do coronavírus? Uma análise a partir dos dados mensalizados da Pnad Contínua. 2020. Disponível em:** <https://blogdoibre.fgv.br/posts/por-que-taxa-de-desemprego-no-brasil-nao-disparou-mesmo-com-pandemia-do-coronavirus-uma#:~:text=Como%20podemos%20notar%2C%20a%20taxa,observada%20na%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20mensalizada>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Manual de economia**. 5ª edição. São Paulo, Saraiva, 2003.

PINTO, Tales dos Santos. **Neoliberalismo e liberdade econômica**. [s.d.] Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/neoliberalismo.htm>. Acesso em 07. Outubro 2020.

PIRES, Manoel. **Observatório de política fiscal atualiza as medidas de combate à crise e detalha as políticas de crédito**. 2020. Disponível em: <<https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/observatorio-de-politica-fiscal-atualiza-medidas-de-combate-crise-e-detalha-politicas-de>>. Acesso em 25. Maio 2020.

PRATES, Wladimir Ribeiro. **O que política econômica – fiscal, monetária e cambial?** 2018. Disponível em: <<https://www.wrprates.com/o-que-e-politica-economica-fiscal-monetaria-e-cambial/>>. Acesso em 14. Maio 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho**

Acadêmico. 2013. Disponível em <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 07. Maio 2020.

QUINTINO, Larissa. **PIB em números: gráficos mostram desempenho econômico do Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/pib-em-numeros-graficos-mostram-desempenho-economico-do-brasil-3/>>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

RALLO, Juan Ramón. **O Direito vem antes do Estado; e a propriedade privada originou o Direito.** 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2670/o-direito-vem-antes-do-estado-e-a-propriedade-privada-originou-o-direito>>. Acesso em: 31. Maio 2020.

RAMOS. Gabriel Favarelli. **Formas de Intervenção do Estado na Economia.** 2016. Disponível em: <<https://gabrielfavarelli07.jusbrasil.com.br/artigos/408516759/formas-de-intervencao-do-estado-na-economia>>. Acesso em 01. Novembro. 2020.

REINHART, Carmen. **Crise do coronavírus: Desta vez é realmente diferente.** 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/desta-vez-e-realmente-diferente>>. Acesso em 23. Maio 2020.

REIS, Tiago. **Consenso de Washington: entenda o que foi esse conjunto de medidas liberais.** 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/>>. Acesso em 17. Maio 2020.

REIS (a), Tiago. **Curva de Phillips: Aprenda o que este relevante conceito econômico.** 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/curva-de-phillips/>>. Acesso em 31. Maio 2020.

REIS (b), Tiago. **Política Fiscal: você sabe como ela influencia o nosso dia a dia?** 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-fiscal/>>. Acesso em 17. Maio 2020.

REIS (c), Tiago. **Você conhece os instrumentos de política monetária usados na economia?** 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/instrumentos-de-politica-monetaria.>>. Acesso em: 26. Maio 2020.

REIS, Tiago. **Welfare State: entenda como funciona essa medida econômica.** 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/welfare/>>. Acesso em: 30. Maio 2020.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: Uma abordagem introdutória.** 6ª edição. São Paulo, SP: Gen, 2016.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: Uma abordagem introdutória**. 3ª edição. São Paulo, SP: Atlas S. A, 1997.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. **Estado e governo: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade**. 2008. Disponível em <<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/183/0>>. Acesso em 30. Abr.2020.

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. Brasília. ANPEC. 2004.

RODRIGUES, Mauro *apud* IPEA. **A inflação de 2020 | Gráfico da Semana**. 2020. Disponível em: <<https://porque.com.br/a-inflacao-de-2020-grafico-da-semana>>. Acesso em 27. Outubro de 2020.

ROQUE, Leandro. **Os três tipos de regimes cambiais existentes - e qual seria o mais adequado para o Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2196>>. Acesso em 28. Maio 2020.

ROTHBARD, Murray N. **A Anatomia do Estado**. 1ª edição. LVM, 2012.

ROUBICEK, Marcelo. **A queda histórica do PIB do Brasil na pandemia sob análise**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/09/01/A-queda-hist%C3%B3rica-do-PIB-do-Brasil-na-pandemia-sob-an%C3%A1lise>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. New York: McGraw-Hill Inc. 1939.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL. **O Coronavírus e seu Impacto Econômico no Brasil**. 2020. Disponível em: [nota-coronavirus.pdf](#). Acesso em 02 de abril de 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED. 2000.

SIMIONI, Monica. **Macroeconomia - Distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB**. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1285:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 02 de Maio de 2020.

SPRENGER, Leandro. **Como funciona o câmbio no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/blog/cambio-no-brasil/>> Acesso em 28. Maio 2020.

STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Painel inclui principais decisões do Supremo relacionadas à COVID-19.** 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447383>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da economia.** 1ª edição. Rio de Janeiro. Schwarcz - Companhia das letras. 2003.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista.** Tradução de Waltensir Dutra. 5ª edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982.

TESOURO NACIONAL. **Política fiscal.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em 17. Maio 2020.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. 2020.** Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-COVID-19>. Acesso em 17. Novembro de 2020.

TREVIZAN, Karina; QUERO, João. **Como funciona o câmbio no Brasil?. 2016.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/06/como-funciona-o-cambio-no-brasil.html>>. Acesso em 28. Maio 2020.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Manifesto: Diretrizes e medidas de combate à pandemia do coronavírus e para a recuperação da economia.** 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/medidas-de-combate-a-pandemia-e-recuperacao-da-economia>>. Acesso em 12. Mar 2020.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Economia Micro e Macro.** 4.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERSIANE, Daniela. **Ciclos Econômicos.** [s.d.] Disponível em: <<https://editalconcursosbrasil.com.br/blog/ciclos-economicos/>>. Acesso em 05. Outubro 2020.

XAVIER, Renan Melo. **Escola de Chicago: teorias liberais nortearão o governo Bolsonaro. 2018.** Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/escola-de-chicago-teorias-liberais-nortearao-o-governo-bolsonaro>>. Acesso em 07. outubro 2020.

YASMIN, Andreia. **Política fiscal, política monetária e regime cambial: A necessidade do equilíbrio.** 2019. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/politica-fiscal-politica-monetaria-e-regime-cambial-a-necessidade-do-equilibrio>>. Acesso em 20. Maio 2020.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods.** 5. ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.